Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 2
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 4
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 5
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 7
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 8
1.13 Acordos de acionistas 9
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 10
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 11
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 12
2.2 Resultados operacional e financeiro 21
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 24
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 25
2.7 Destinação de resultados 26
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 27
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 28
2.10 Planos de negócios 29
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 31
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 32
3.2 Acompanhamento das projeções 33
4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 34
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 45
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 46
4.4 Processos não sigilosos relevantes 47
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 50
4.6 Processos sigilosos relevantes 51
4.7 Outras contingências relevantes 52
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

Índice

5.2 Descrição dos controles internos 53
5.3 Programa de integridade 55
5.5 Outras informações relevantes 60
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 61
6.3 Distribuição de capital 66
6.4 Participação em sociedades 67
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 68
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 69
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 70
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 71
7.4 Composição dos comitês 78
7.5 Relações familiares 83
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 84
8. Remuneração dos administradores
8.2 Remuneração total por órgão 85
8.3 Remuneração variável 89
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 90
8.11 Ações entregues 91
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 92
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 93
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 94
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 95
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 96
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 97
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 98
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 99
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 100
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas 101

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 112

11.3 Outras informações relevantes 114

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 115

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 116

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 117

12.5 Mercados de negociação no Brasil 118

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 119

12.7 Títulos emitidos no exterior 120

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 121

13.1 Declaração do diretor presidente 122

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 123

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 124

1.1 Histórico do emissor

A Via Araucária é a concessionária responsável pela operação, manutenção e modernização do Lote 1 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, abrangendo 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais. Esse trecho inclui os contornos Norte e Sul de Curitiba, as interligações entre municípios da Região Metropolitana de Curitiba e a rota entre a capital e Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná, entre outros segmentos viários.

Ao longo dos próximos 30 anos de contrato, a concessionária terá o compromisso de investir R$ 7,9 bilhões em obras de expansão e modernização da malha, além de destinar outros R$ 5,2 bilhões para a operação. Esse investimento abrange uma variedade de melhorias, como serviços médicos mecânicos, pontos de parada e descanso para caminhoneiros, sistema de balanças e pesagem, entre outros.

A Via Araucária está empenhada na geração de empregos locais e comprometida com o desenvolvimento regional. De acordo com o governo federal, estima-se a criação de 81,7 mil postos de trabalho diretos e indiretos, além da contribuição fiscal para as Prefeituras de municípios servidos pela malha viária.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Concessão

A Companhia tem por objeto social a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 1 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná ("Concessão"), nos termos do Edital de Concessão nº 1/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção, modernização e realização dos investimentos necessários, objeto de Contrato de Concessão celebrado com a ANTT ("Contrato de Concessão 01/2023").

O lote reúne 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais cobrindo os seguintes:

- **(i)** trechos da BR-277/PR, do acesso oeste de Curitiba/PR até a Ponte sobre o Rio Barigui, em Curitiba/PR;
- **(ii)** BR-277/PR, do entroncamento com a BR-476, no município de Curitiba/PR, até o entroncamento com a BR-373/PR-452 (Relógio), em Prudentópolis/PR;
- **(iii)** BR-277/PR, do entroncamento com a BR-277/PR-431, no município de Campo Largo/PR, até o entroncamento com a BR-277/PR-431 (Fim do Contorno de Campo Largo), em Balsa Nova/PR;
- **(iv)** BR-277/PR, do acesso a Santa no município de Balsa Nova/PR, até o entroncamento com a PR-423, em Balsa Nova/PR;
- **(v)** BR-373/PR, do entroncamento com a BR-373/PR (Caetano) no município de Ponta Grossa/PR, até o entroncamento com a BR-277/PR (Relógio), em Prudentópolis/PR;
- **(vi)** BR-376/PR, do entroncamento com a BR-476 (P/Araucária) no município de Curitiba/PR, até o entroncamento com a BR-116/476 (Curitiba Sul/Pinheirinho), em Curitiba/PR;
- **(vii)** Rodovia BR-476/PR, do entroncamento com a BR-376/277 (P/Araucária) no município de Curitiba/PR, até o entroncamento com a PR-427 (P/ Porto Amazonas), em Lapa/PR;
- **(viii)** PR-418, do entroncamento com a BR-277/PR (Campo Comprido) no município de Curitiba/PR, até o entroncamento com a PR-417, em Colombo/PR;
- **(ix)** PR-423, do entroncamento com a BR-276 (Araucária) no município de Araucária/PR até o entroncamento com a BR-277 (Pista Direita), em Campo Largo/PR; e
- **(x)** PR-427, do entroncamento com a BR-476 no município da Lapa/PR, até o entroncamento com a BR-277, em Palmeira/PR.

O início das operações ocorreu em 28 de fevereiro de 2024. A Companhia tem, de modo geral, investido na restauração do pavimento, na poda e capinação dos trechos em que tais serviços se mostrem necessários, na ampliação de seu corpo de viaturas para atendimento aos usuários dos sistemas (englobando ambulâncias, guinchos, veículos de inspeção, dentre outros), bem como na modernização de tais trechos.

A Companhia informa que não possui controladas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Receitas de Pedágio

As receitas de pedágio da Companhia tiveram início de cobrança em 23 de fevereiro de 2024 (10 dias após o termo de autorização, conforme cláusula 19.1.3 do contrato de concessão) no sistema que compreende o perímetro de 473 quilômetros entre os municípios de Curitiba-PR e Irati-PR.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item "a" é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item "b" é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item "c" é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não realizada qualquer contribuição.

(ii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não realizada qualquer contribuição.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. Indicar se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade
Não.

b. Indicar a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

c. Indicar se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

d. Indicar se a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

e. Indicar se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

f. Indicar se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

g. Indicar se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não adoção de matriz de materialidade
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

(ii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.
.

(iii) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.
.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(iv) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

(v) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Considerando que não há divulgação de informações ASG, este item não é aplicável.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não foi realizada qualquer aquisição ou alienação estranha à atividade da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

No ano de referência, não houve qualquer operação de fusão, cisão e incorporação, tampouco aumento ou redução do capital social.

1.13 Acordos de acionistas

Não aplicável.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não aplicável. Sem qualquer alteração na forma de condução dos negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos diretores da Companhia.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia foi constituída em 14 de julho de 2022 e iniciou suas operações em 26 de janeiro de 2024. O início da cobrança de pedágio nas praças, foi autorizado a partir da zero hora de 23 de março de 2024.

A Via Araucária apresenta uma estrutura financeira sólida, com ativos adequados para suportar suas operações e investimentos estratégicos, conforme equilíbrio financeiro demonstrado nos principais indicadores de liquidez dos últimos três períodos que seguem:

Indicador	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata (R$ milhares)	488.232	657.004	-
Patrimônio Líquido (R$ milhares)	768.757	731.275	-
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	2,58	35,09	-
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes / Passivo Circulante)	2,37	33,57	-
Liquidez Geral (Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	3,24	38,36	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa e equivalente de caixa com liquidez imediata apresentou uma redução de R$ 168,8 milhões, representando uma queda de 25,7%, que está associado à alocação dos recursos acompanhado ao início das atividades operacionais. A geração de caixa operacional no exercício encerrado de 2024 foi de R$ 284,4 milhões, apresentando nível satisfatórios, permitindo à companhia honrar suas obrigações financeiras e realizar investimentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido totalizou R$ 768,8 milhões, representando um crescimento de 5,1% em relação ao exercício anterior, impulsionado, principalmente, pelo resultado operacional positivo e pela retenção de lucros, o que reforça a solidez da estrutura de capital próprio da Companhia.

Os indicadores de liquidez mantêm-se em patamar confortável. A liquidez corrente foi de 2,58, evidenciando que o ativo circulante mais que cobre as obrigações de curto prazo. A liquidez imediata encerrou o período em 2,37, reforçando a elevada capacidade de pagamento com disponibilidades. Já a liquidez geral atingiu 3,24, indicando que o ativo total é suficiente para cobrir os passivos circulante e não circulante em mais de três vezes.

Embora os saldos de caixa e equivalentes tenham reduzido em relação ao exercício anterior, os índices de liquidez permanecem em níveis elevados, denotando baixa alavancagem e solidez financeira para suportar as operações e compromissos futuros.

A diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para cumprir o cronograma de obras estabelecido pelo contrato de concessão, bem como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Vide item c abaixo em relação a capacidade de pagamento.

b. Estrutura de capital

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Diretoria da Companhia entende que o principal objetivo da gestão de capital é assegurar a continuidade operacional da Companhia, proporcionando retorno aos acionistas e mantendo uma estrutura de capital eficiente, capaz de reduzir custos e preservar o equilíbrio financeiro adequado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R$ 735.074 mil.

A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2024 era composta por 69,1% de capital próprio e 30,9% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2023 a composição era de 97,4% de capital próprio e 2,6% de capital de terceiros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Capital Próprio sobre Ativo Total *(em milhares de reais, exceto porcentagem)*	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Patrimônio Líquido	768.757	731.275	-
Ativo Total	1.111.895	750.847	-
Patrimônio Líquido / Ativo Total	69,1%	97,4%	-

Capital de Terceiros sobre Ativo Total *(em milhares de reais, exceto porcentagem)*	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Capital de Terceiros (1)	343.138	19.572	-
Ativo Total	1.111.895	750.847	-
Capital de Terceiros / Ativo Total	30,9%	2,6%	-

Relação entre Capital Próprio e de Terceiros	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Capital Próprio (2)	69,1%	97,4%	-
Capital de Terceiros (1)	30,9%	2,6%	-
Total	100,0%	100,0%	-

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma do total do passivo circulante mais o total do passivo não circulante.
(2) Capital Próprio corresponde ao total do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Via Araucária totalizava R$ 768.757 mil, comparado a R$ 731.275 mil em 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria considera que a atual estrutura de capital se encontra em patamar adequado, em linha com as características e o estágio atual do Contrato de Concessão.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Infra BR V Rodovias Holding III S.A., controladora da Companhia, realizou aportes de recursos necessários para que a Via Araucária pudesse honrar suas obrigações relacionadas ao Contrato de Concessão e a terceiros, além de suprir as necessidades de capital de giro, considerando que o início da arrecadação de pedágio ocorreu em março de 2024.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia demonstra capacidade adequada de honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazos, conforme evidenciado por seus indicadores de liquidez, geração operacional de caixa compatíveis com sua estrutura financeira.

Ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve um fluxo de caixa operacional positivo, suficiente para cobrir suas obrigações financeiras recorrentes. A administração mantém a política de controle do capital de giro, preservando o caixa e a disciplina na alocação de recursos.

O Contrato de Concessão nº 03/2023 firmado entre ANTT e a Companhia, disponível em https://viaaraucaria.com.br/wp-content/uploads/2024/12/Contrato-de-Concessao-ANTT-no-01-de-2023.pdf, prevê investimentos de recuperação e manutenção, obras de ampliação da capacidade, obras de melhorias e obras de manutenção do nível de serviço ao longo dos 30 anos. A descrição detalhada está no Programa de Exploração da Rodovia – PER, Anexo A, do Contrato de Concessão, e pode ser acessado no link https://viaaraucaria.com.br/wp-content/uploads/2024/12/Contrato-de-Concessao-ANTT-no-01-de-2023.pdf.

A Diretoria, por sua vez, monitora continuamente a capacidade de pagamento da Companhia, de modo a avaliar potenciais necessidades de captação futura de recursos no mercado, a fim de honrar com as obrigações existentes.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza de recursos próprios para atender às suas necessidades de capital de giro e investimentos. A geração de caixa da Companhia se dá principalmente pela receita de pedágio.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia se financiou através dos recursos oriundos de cobrança de pedágio e de recursos provenientes do acionista através de integralização de capital social.

Caso haja a necessidade de reforço de caixa ou reequilíbrio financeiro, a Companhia avalia a utilização linhas de financiamentos, previamente estruturadas, voltadas tanto para a cobertura de capital de giro quanto para a continuidade dos investimentos, conforme viabilidade e condições de mercado.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia não possui endividamento financeiro.

(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Não aplicável.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não aplicável.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas
Não aplicável.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições
Não aplicável.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados
Não aplicável.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa
Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado e de fluxo de caixa auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	31.12.2024	AV	31.12.2023	AV	AH
Receita operacional líquida	791.475	100,0%	28.837	100,0%	2644,7%
Custos dos serviços prestados	(768.281)	(97,1%)	(32.206)	(111,7%)	2285,5%
RESULTADO BRUTO	23.194	(2,9%)	(3.369)	(11,7%)	(788,5%)
Despesas administrativas e gerais	(48.813)	(6,2%)	(1.888)	(6,5%)	2485,4%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	141	0,0%	-	0,0%	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(25.478)	(3,2%)	(5.257)	(18,2%)	384,6%
Receitas financeiras	87.201	11,0%	1.227	4,3%	7006,8%
Despesas financeiras	(4.687)	(0,6%)	(782)	(2,7%)	499,4%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL	57.036	7,2%	(4.812)	(16,7%)	(1285,3%)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(93.596)	(11,8%)	-	0,0%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.365	9,4%	1.013	3,5%	7241,1%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	37.805	4,8%	(3.799)	(13,2%)	(1095,1%)

Destaca-se que os resultados apresentados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 não são diretamente comparáveis aos do mesmo período de 31 de dezembro de 2023, uma vez que as atividades operacionais da Companhia foram iniciadas em 26 de fevereiro de 2024 e o início da cobrança de pedágio em 23 de março de 2024. Explica-se que o resultado apresentado em 31 de dezembro de 2023 contempla apenas um

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

período pré-operacional, enquanto o resultado de 31 de dezembro de 2024 reflete o período de atividades. Essa diferença de base temporal deve ser considerada na análise comparativa entre os períodos.

Receita operacional líquida

	31.12.2024	31.12.2023	AH
Receitas de pedágio	443.809	-	-
Receitas acessórias	-	-	-
Receitas de construção	386.069	28.837	1238,8%
Receita bruta	829.878	28.837	2777,8%
Deduções	(38.403)	-	-
Receita operacional líquida	791.475	28.837	2644,7%

Receitas de pedágio
As receitas de pedágio totalizaram R$ 443,8 milhões no período de 23 de março de 2024 a 31 de dezembro de 2024. Em 2023 não ocorreram receitas oriundas de recebimento de pedágio (fase pré-operacional).

Deduções da receita
As deduções da receita da Companhia consistem em tributos pagos e aplicados na receita da Companhia. O aumento nos impostos acompanha a variação apresentada na receita de pedágio.

Custos e despesas operacionais

	31.12.2024	AV	31.12.2023	AV	AH
Com pessoal	(63.885)	7,8%	(1.494)	4,4%	4176,1%
Serviços de terceiros	(29.987)	3,7%	(1.076)	3,2%	2686,9%
Conservação e Manutenção	(12.188)	1,5%	(189)	0,6%	6348,7%
Consumo	(2.714)	0,3%	(29)	0,1%	9258,6%
Transportes	(3.875)	0,5%	(6)	0,0%	64483,3%
Seguros / Garantias	(4.630)	0,6%	(393)	1,2%	1078,1%
Comunicação e marketing	(769)	0,1%	(38)	0,1%	1923,7%
Publicações legais	(84)	0,0%	(21)	0,1%	300,0%
Contingências	(8)	0,0%	-	0,0%	-
Outras despesas operacionais	(1.889)	0,2%	(2)	0,0%	94350,0%
Outras despesas diversas	(11.468)	1,4%	(2.009)	5,9%	470,8%
Verba de fiscalização	(11.132)	1,4%	-	0,0%	-
Retenção contratual	(13.243)	1,6%	-	0,0%	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Depreciação e amortização	(34.616)	4,2%	-	0,0%	-
Custos de serviços da construção	(386.069)	47,2%	(28.837)	84,6%	1238,8%
Provisão de manutenção	(240.537)	29,4%	-	0,0%	-
Custos e Despesas Operacionais	(817.094)	100,0%	(34.094)	100,0%	2296,6%

Os custos e despesas operacionais em 2024 foram de R$ 817,1 milhões frente a R$ 34,1 milhões de 2023, porém apesar de os valores absolutos apresentarem uma variação significativa, é essencial considerar que inviabiliza a comparação direta entre os totais absolutos uma vez que os períodos têm quantidade de meses e operacionalização distintos.

Resultado financeiro
O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2023, que representava 1,5% sobre a Receita Líquida, aumento seu percentual para 10,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O aumento do percentual é devido principalmente pela variação na receita de pedágio, tendo o impacto do período de operação entre os períodos de comparação.

No exercício de 2024, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma receita de R$ 82,5 milhões. Excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro líquido com efeito caixa representa foi de uma receita de R$ 57,4 milhões. Em relação ao exercício de 2023, a despesa financeira de encargos é decorrente aos juros do financiamento liquidado no próprio exercício, adicionado aos rendimentos de aplicações e outras despesas o resultado líquido com efeito caixa foi de R$ 445 mil.

Resultado líquido antes do imposto de renda e da contribuição social
O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de lucro de R$ 57 milhões em 31 de dezembro de 2024 para um prejuízo de R$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
O imposto de renda e contribuição social corrente apurado no exercício de 2024 foi de R$ 93,6 milhões, em 2023 a Companhia não teve base de cálculo para apuração por ter apresentado prejuízo.

A Companhia reconheceu valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes principalmente de diferenças temporárias entre a apuração contábil e fiscal de determinadas receitas e despesas, conforme previsto pelas normas contábeis aplicáveis.

Resultado líquido do período
A Via Araucária apresentou um lucro líquido de R$ 37,8 milhões em 2024, o resultado de 2023 foi prejuízo líquido de R$ 3,8 milhões período em que a Companhia estava em fase pré-operacional sem constituição de receita.

Fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023

	31.12.2024	31.12.2023	AH 2024/2023

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	284.425	-	4.950	-5.846,0%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	- 531.148	-	253.615	109,4%
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	- 7.444		711.009	-101,0%
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	- 254.167		452.444	-156,2%

Fluxo de caixa das atividades operacionais
Em 2024, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$284,4 milhões apresentou uma variação de R$ 289,4 milhões em comparação ao fluxo de caixa utilizado de R$ 5 milhões em 2023, que se justifica naturalmente pela fase operacional da Companhia entre os períodos.

Fluxo de caixa das atividades de investimento
Em 2024, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento de R$531,1 milhões apresentou uma variação de R$ 277,5 milhões em comparação ao fluxo de caixa utilizado de R$ 253,6 milhões em 2023, decorrente principalmente dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Em 2024, o caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento de R$7,4 milhões apresentou uma variação de R$ 718,5 milhões em comparação ao fluxo de caixa gerado de R$ 711 milhões em 2023, devido aumento de capital ocorrido em 2023.

Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
A Companhia foi constituída em 14 de julho de 2022, porém, durante o referido exercício, não houve qualquer operação ou atividade que gerasse efeitos no resultado, motivo pelo qual os saldos apresentados para o ano de 2022 permanecem zerados.

No exercício de 2023, a Companhia permaneceu em fase pré-operacional, realizando principalmente atividades preparatórias para o início efetivo de suas operações, tais como estruturação administrativa, implementação de processos internos e adequações necessárias para viabilizar o desenvolvimento futuro do negócio. Em razão disso, não foram auferidas receitas operacionais durante o período, refletindo a natureza inicial das atividades e o estágio de implantação em que a Companhia se encontrava.

	31.12.2023	AV	31.12.2022	AV	AH
Receita operacional líquida	28.837	100,0%	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(32.206)	(111,7%)	-	-	-
RESULTADO BRUTO	(3.369)	(11,7%)	-	-	-
Despesas administrativas e gerais	(1.888)	(6,5%)	-	-	-
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	-	0,0%	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(5.257)	(18,2%)	-	-	-
Receitas financeiras	1.227	4,3%	-	-	-
Despesas financeiras	(782)	(2,7%)	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL	(4.812)	(16,7%)	-	-	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social correntes	-	0,0%	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.013	3,5%	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.799)	(13,2%)	-	-	-

Custos e despesas operacionais

	31.12.2023	AV	31.12.2022	AV	AH
Com pessoal	(1.494)	4,4%	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.076)	3,2%	-	-	-
Conservação e Manutenção	(189)	0,6%	-	-	-
Consumo	(29)	0,1%	-	-	-
Transportes	(6)	0,0%	-	-	-
Seguros / Garantias	(393)	1,2%	-	-	-
Comunicação e marketing	(38)	0,1%	-	-	-
Publicações legais	(21)	0,1%	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2)	0,0%	-	-	-
Outras despesas diversas	(2.009)	5,9%	-	-	-
Custos de serviços da construção	(28.837)	84,6%	-	-	-
Custos e Despesas Operacionais	(34.094)	100,0%	-	-	-

Resultado financeiro

No exercício de 2023, a despesa financeira de encargos é decorrente aos juros do financiamento liquidado no próprio exercício, adicionado aos rendimentos de aplicações e outras despesas o resultado líquido com efeito caixa foi de R$ 445 mil. Em 2022, não houve qualquer operação ou atividade que gerasse efeitos no resultado financeiro.

Resultado líquido antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi de prejuízo de R$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2023. Em 2022, não houve qualquer operação ou atividade que gerasse efeitos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Em 2023 a Companhia não teve base de cálculo para apuração por ter apresentado prejuízo. E em 2022 a Companhia não apresentou resultado.

Resultado líquido do período

A Via Araucária apresentou um prejuízo líquido de R$ 3,8 milhões em 2023 período em que a Companhia estava em fase pré-operacional sem constituição de receita. E em 2022, não houve qualquer operação ou atividade que gerasse efeitos no resultado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	- 4.950	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	- 253.615	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	711.009	0,04
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	452.444	0,04

Fluxo de caixa das atividades operacionais
Em 2023, o caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais foi de R$ 5 milhões e em 2022 não houve movimento de caixa, que se justifica naturalmente pela fase operacional da Companhia entre os períodos.

Fluxo de caixa das atividades de investimento
Em 2023, o caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento foi de R$ 253,6 milhões e em 2022 não houve movimento de caixa, que se justifica naturalmente pela fase operacional da Companhia entre os períodos.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Em 2023, o caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento foi de R$ 711 milhões e em 2022 foi de R$ 40 reais, que se justifica naturalmente pela fase operacional da Companhia entre os períodos. A variação é devida aumento de capital de R$711 milhões ocorrido em 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

(i) componentes importantes de receita

Receita de Pedágio
As receitas operacionais da Companhia são majoritariamente compostas pelas receitas de arrecadação de pedágio, que refletem o volume de tráfego de veículos nas praças sob concessão. A receita de pedágio representa a principal fonte de sustentação financeira da empresa e está diretamente vinculada à movimentação de veículos leves e pesados, bem como à eficiência na operação e manutenção das rodovias concedidas.

Crescimento do Tráfego de Veículos e o Crescimento do PIB
A atividade da Companhia está diretamente vinculada ao volume de tráfego nas rodovias sob sua concessão, sendo influenciada tanto pela quantidade de veículos em circulação quanto pela frequência de seu deslocamento. Fatores macroeconômicos, como o ritmo de crescimento da economia, variações nos índices de inflação e nas taxas de juros, assim como oscilações no preço dos combustíveis, exercem influência direta sobre a demanda por transporte rodoviário. Nesse contexto, eventuais desacelerações econômicas, pressões inflacionárias ou aumentos significativos no custo do combustível podem reduzir o fluxo de veículos, impactando negativamente a arrecadação de pedágio e, consequentemente, a receita operacional da Companhia. Por outro lado, cenários de recuperação econômica e estabilidade de preços tendem a favorecer o crescimento do tráfego e o desempenho financeiro da empresa.

Receitas Acessórias
Adicionalmente, a empresa pode auferir receitas acessórias decorrentes de contratos de exploração comercial das faixas de domínio, locações, publicidade e acordos operacionais com parceiros privados, respeitando os limites e condições estabelecidos pela legislação vigente e pelo contrato de concessão.

Receita de construção
A contabilização das receitas da Companhia observa os preceitos estabelecidos pelas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que disciplina o reconhecimento contábil de contratos de concessão de serviços públicos. Onde, os ativos operacionais utilizados pela Companhia no cumprimento do contrato de concessão são classificados como ativos intangíveis, conforme os direitos recebidos de cobrar usuários pelo uso da infraestrutura concedida em troca da construção, ampliação e manutenção da infraestrutura. E devido ao fato de as contratações dos serviços de construção serem realizadas a valor de mercado, não há reconhecimento de margem de lucro nas atividades de construção.

(ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços
As variações nas receitas de pedágio da Companhia são influenciadas, principalmente, por dois fatores: preços e volume de tráfego de veículo. A receita proveniente da cobrança de pedágios é diretamente impactada pelo crescimento ou retração do tráfego na rodovia, bem como pelos

2.2 Resultados operacional e financeiro

reajustes anuais da tarifa de pedágio, conforme determinado pelo contrato de concessão firmado entre a Via Araucária e a Agência Nacional de Transportes – ANTT, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.069/95 e nos termos, mecanismos e índices previstos no referido contrato.
A tarifa básica de pedágio da concessão é atualizada de acordo com a fórmula estabelecida contratualmente, a qual considera os seguintes índices:

> IRT = IPCAi / IPCAo (em que: IPCAo significa o número-índice do IPCA do mês de agosto de 2021, e IPCAi significa o número-índice do IPCA de dois meses anteriores à data-base de reajuste da Tarifa de Pedágio).

Além do mecanismo de reajuste periódico, a concessionária de rodovia pode buscar uma revisão da tarifa caso ocorra um desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão. Há mecanismos contratuais específicos que garantem o exercício deste direito e vinculam a atuação do poder concedente.

Adicionalmente o contrato de concessão permite que sejam auferidas receitas acessórias decorrentes de atividades complementares, como exploração comercial de áreas adjacentes à rodovia de domínio da Companhia, cujos valores são atualizados anualmente pela variação do IPCA, na data-base de cada contrato.

As receitas da Companhia não estão atreladas a taxas de câmbio e não foram introduzidos novos produtos e serviços que pudessem alterar a composição da receita da Companhia.

Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Exposição a riscos inflacionários
A inflação impacta os custos operacionais da Companhia, especialmente em relação a insumos para conservação e manutenção rodoviária (asfalto, concreto, serviços de engenharia e mão de obra). Parte desse efeito é mitigada pelo reajuste anual das tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão e indexado a índices de preços.

Exposição a riscos cambiais
A exposição cambial da Companhia é reduzida, limitando-se a aquisições pontuais de equipamentos e sistemas importados, sem relevância no resultado.
Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia não apresentou saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros
A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI.

Risco de crédito
Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar

2.2 Resultados operacional e financeiro

com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Embora o Contrato de concessão estabelece um programa de investimentos ao longo de 30 anos de concessão, sendo um cronograma indicativo no momento das contratações o mesmo será registrato.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Como mencionado no item anterior, as receitas da Via Araucária são provenientes, majoritariamente, da cobrança de pedágios nas rodovias sob sua administração. Os principais fatores que influenciam a receita operacional bruta da Companhia são:

(i) o volume de veículos que utilizam as praças de pedágio instaladas nas rodovias concedidas; e
(ii) o valor das tarifas de pedágio, reajustadas periodicamente pela variação do IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

Além do mecanismo de reajuste automático, a Concessionária pode pleitear revisões tarifárias em casos de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Tais situações são reguladas por dispositivos contratuais específicos, que asseguram esse direito e vinculam a atuação do Poder Concedente.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A matriz de riscos do Contrato de Concessão contempla os possíveis impactos da inflação e da variação nos preços de insumos, produtos e serviços necessários para conservação e manutenção rodoviária (asfalto, concreto, serviços de engenharia e mão de obra). Parte desse efeito é mitigada pelo reajuste anual das tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão e indexado a índices de preços. A Companhia é responsável pela gestão desses impactos e riscos relacionados a investimentos, custos e despesas, abrangendo inclusive eventuais aumentos de preços durante a execução das obras e serviços previstos contratualmente.

As principais taxas indexadoras consideradas em nosso plano de negócios são:

- **IPCA**: utilizado para o reajuste das receitas de pedágio;
- **IPCA**: também aplicado ao reajuste da maior parte dos custos;
- **Taxas de câmbio**: a Companhia não possui dívidas em moeda estrangeira no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tampouco custos relevantes denominados em moeda estrangeira.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, tendo em vista que, desde a constituição da Companhia, não houve qualquer mudança nas práticas contábeis utilizadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve uma ênfase gerada em razão da reemissão das demonstrações financeiras do mesmo período, para inclusão do PAA no parecer da auditoria.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional
Não houve aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
A Companhia não detém participação societária em qualquer sociedade.

c. eventos ou operações não usuais
A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar de forma relevante suas demonstrações financeiras ou resultados.

2.7 Destinação de resultados

Tópico	Detalhes
a. Regras sobre retenção de lucros	Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), se existente, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.
i. Valores das Retenções de Lucros	Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído o valor de R$1.700.319,20 de reserva legal e R$31.983.004,22 de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve constituição de retenções devido a apuração de prejuízo nos períodos.
ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Em 31 de dezembro de 2024, do lucro apurado após a compensação do prejuízo do exercício anterior, 4,5% foram destinados à reserva legal e 84,6% à retenção de lucros. Nos exercícios de 2023 e 2022 não houve retenção.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação aplicável. O pagamento é realizado dentro dos prazos legais e eventuais correções monetárias ou juros somente serão aplicáveis se expressamente aprovados pela Assembleia Geral. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que forem colocados à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Dividendo mínimo obrigatório: anualmente, por decisão da Assembleia. Dividendos intermediários podem ser declarados com base em balanço anual/semestral ou reservas de lucros neles evidenciados, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Conforme previsto no artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o pagamento de Dividendos não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral de Acionistas ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Não há outras restrições.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável; não existe política formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não detém, direta ou indiretamente, quaisquer ativos ou passivos, que não constem do seu balanço patrimonial.

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não detém, direta ou indiretamente, quaisquer ativos ou passivos, que não constem do seu balanço patrimonial.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que a Companhia não detém, direta ou indiretamente, quaisquer ativos ou passivos, que não constem do seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Embora o contrato de concessão estabeleça um cronograma indicativo, este será confirmado ao longo da vigência da concessão, sendo que as contratações são realizadas de forma pontual, conforme a necessidade de execução das obras. Por essa razão, não existem contratos de obras não concluídas a serem informados neste item, neste momento.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não detém, direta ou indiretamente, quaisquer ativos ou passivos, que não constem do seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme citado em 2.8.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Via Araucária é a concessionária responsável pela operação, manutenção e modernização do Lote 1 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, abrangendo 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais. Esse trecho inclui os contornos Norte e Sul de Curitiba, as interligações entre municípios da Região Metropolitana de Curitiba e a rota entre a capital e Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná, entre outros segmentos viários.

Ao longo dos próximos 30 anos de contrato, a concessionária terá o compromisso de investir R$ 7,9 bilhões em obras de expansão e modernização da malha, além de destinar outros R$ 5,2 bilhões para a operação. Esse investimento abrange uma variedade de melhorias, como serviços médicos mecânicos, pontos de parada e descanso para caminhoneiros, sistema de balanças e pesagem, entre outros.

Obras de ampliação da capacidade e melhorias:

- Duplicação de 343,81 km, sendo:
  - 156,30 km na BR-277,
  - 99,30 km na BR-373,
  - 41,70 km na BR-476
  - 20,53 km na PR-418
  - 25,98 km na PR-423
- Faixas Adicionais: serão 210,16 km, sendo:
  - 151,26 km na BR-277,
  - 2,30 km na BR-376,
  - 17,12 km na BR-476
  - 0,78 km na PR-418
  - 38,07 km na PR-427
- Vias Marginais: serão 31,63 km, sendo:
  - 14,06 km na BR-277,
  - 10,00 km na BR-373,
  - 1,45 km na BR-376
  - 6,12 km na BR-476
- Acostamentos: serão 44,49 km nas rodovias BR-476, PR-418 e PR-427.
- Regularização de acessos: 92 unidades
- Vinte 20 correções de traçado sendo: 5 na BR-277, 4 na BR-476 e 11 na PR-427
- Seis (6) Trombetas
- Quarenta e cinco (45) Diamantes
- Doze (12) Parclos na BR-373
- Onze (11) Passagens em Desnível
- Doze (12) passarelas sendo: 8 na BR-277, 3 na BR-373, 1 na BR-476

2.10 Planos de negócios

- Nove (9) retornos em nível sendo: 1 na BR-277, 3 na BR-373, 2 na PR-423 e 3 na PR-427
- Ciclovias serão 27,40 km na BR-277
- Quatorze (14) passagens de Fauna
- Trinta e uma (31) caixas de produtos perigosos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos
Para realizar o financiamento dos investimentos, a Companhia se utiliza de recursos dos acionistas, e de terceiros, via emissão de títulos no mercado de capitais, eventuais empréstimos e financiamentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos
Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor
A Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgada
(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados
(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não existem outros projetos desenvolvidos pela Companhia.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG
Não aplicável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

A Companhia tem como política não fornecer orientações sob a forma de previsões quantitativas a respeito de seu desempenho futuro de receitas (guidance), conforme lhe é facultado pela resolução de n o 80, de modo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foram divulgadas projeções.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

A Companhia tem por prática não divulgar projeções.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A Companhia tem por prática não divulgar projeções.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia tem por prática não divulgar projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia tem por prática não divulgar projeções.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A Companhia tem por prática não divulgar projeções.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia tem por prática não divulgar projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a. Emissor

(i) A Companhia pode não conseguir executar integralmente a sua estratégia de negócio.

A Companhia necessita de investimentos significativos para implementar suas estratégias de crescimento. Nesse sentido, ela pode necessitar de recursos adicionais provenientes da emissão de novos títulos de dívida ou de financiamentos bancários, em que a sua capacidade de obter capital dependerá do seu nível de endividamento e das condições de mercado. No entanto, a Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que estarão em condições e montantes satisfatórios. A falta de acesso a recursos em condições e montantes satisfatórios poderá restringir o crescimento e o desenvolvimento futuro de suas atividades, o que pode afetar de forma relevante e adversa os seus negócios e seus resultados financeiro e operacional.

Ainda, a alocação de recursos para a realização dos investimentos necessários para o cumprimento das obrigações previstas na concessão onerosa do sistema rodoviário, compreendendo os serviços de operações, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários ("Contrato de Concessão") da Companhia e para o pagamento dos montantes devidos ao Poder Concedente a título de Outorga Fixa e Variável e Ônus de Fiscalização, igualmente previsto no Contrato de Concessão, poderá acarretar uma menor disponibilidade de recursos para a implementação da estratégia de crescimento da Companhia, já que o descumprimento das referidas obrigações poderia acarretar a imposição de determinadas penalidades, tais como advertência e multa, e até mesmo suscitar a instauração de processo administrativo para a decretação da caducidade do Contrato de Concessão, que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) O endividamento da Companhia pode afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como sua capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebrou.

Para a execução das obras previstas no contrato de concessão, a Companhia poderá necessitar de recursos adicionais, que poderão ser obtidos por meio de capital próprio ou de financiamentos junto a terceiros. No caso de captação de recursos de terceiros, o consequente aumento do endividamento poderá impactar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir integralmente as obrigações de pagamento assumidas nos contratos financeiros celebrados.

(iii) A Companhia pode não ser capaz de obter recursos suficientes, inclusive por meio de emissão de novos valores mobiliários, para executar integralmente a sua estratégia de crescimento, para suprir suas necessidades de capital de giro e/ou para o financiamento de suas atividades, o que poderá afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Para a execução de sua estratégia de crescimento, a Companhia poderá necessitar de recursos adicionais, a serem obtidos por meio de capital próprio ou de financiamento junto a terceiros. Não há garantia de que a Companhia conseguirá captar os recursos necessários, inclusive por meio da emissão de novos valores mobiliários, para implementar integralmente sua estratégia de crescimento, suprir necessidades de capital de giro e/ou financiar suas atividades. Tal limitação poderá afetar adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(iv) Riscos relacionados à terceirização de parcela das atividades-meio da Companhia podem afetar negativamente o fluxo de caixa e o resultado das operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia terceiriza parcela de suas atividades-meio. Assim, com relação aos empregados das empresas terceirizadas, a Companhia pode vir a ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente pela Justiça do Trabalho, no que se refere ao pagamento de eventuais débitos trabalhistas e previdenciários. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, os resultados da Companhia poderão ser impactados adversamente.

A Companhia pode, ainda, ser solidariamente responsabilizada por qualquer débito trabalhista ou previdenciário requerido judicialmente por empregados dos seus prestadores de serviços terceirizados, o que pode afetar, de forma relevante, os resultados operacionais da Companhia.

(v) Custos de construção e manutenção maiores do que os estimados podem afetar negativamente a condição financeira da Companhia.

A capacidade da Companhia de (i) concluir adequadamente as construções, reformas, expansões e futuros projetos exigidos pelo Contrato de Concessão e (ii) obter recursos suficientes para a manutenção e conservação das rodovias está sujeita a, dentre outros fatores, flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças no cenário econômico brasileiro e internacional, acesso a fontes de financiamentos, inadimplência de seus fornecedores de matéria-prima e serviços e interrupções resultantes de problemas técnicos imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos da Companhia e poderão afetar o fluxo de caixa, condição econômico-financeira e resultados operacionais da Companhia.

(vi) Bens reversíveis ao Poder Concedente ao final da concessão.

Parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à concessão objeto do Contrato de Concessão. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente ao final da respectiva concessão, nos termos da legislação em vigor. Essas limitações podem reduzir significativamente os valores disponíveis à Companhia, em caso de liquidação, além de ter um efeito negativo na capacidade da Companhia de oferecer garantias para a obtenção de financiamentos.

(vii) Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.

Ao longo de sua história, o Brasil experimentou altas taxas de inflação. Os reajustes anuais previstos nos contratos de concessão, em decorrência da taxa de inflação e revisões ordinárias e extraordinárias resultantes do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente, não sendo possível assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente no processo de aprovação do reajuste de tarifas solicitados pela Companhia.

Em caso de requisição judicial, o reajuste pode ocorrer após alguns dias da data base prevista contratualmente. O mecanismo de revisões ordinárias e extraordinárias, por sua vez, possui ineficiências que podem atrasar os resultados e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente no trâmite do processo administrativo. Portanto, se a inflação for elevada e o Poder Concedente não autorizar o reajuste da tarifa na mesma magnitude os resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa da Companhia poderá ser afetada adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(viii) As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros e perdas, em particular em casos que não sejam cobertos pelas, ou excedam as, apólices de seguros.

Determinados tipos de perdas não estão cobertos pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia, tais como atos de terrorismo, guerras, calamidade pública e desastres ambientais. Assim, se quaisquer desses eventos ou outras contingências, bem como outros que até a data deste formulário que não foram identificados vierem a ocorrer, os investimentos da Companhia podem ser adversamente afetados, obrigando-a a incorrer em custos adicionais.

Além disso, a ocorrência de acidentes pode gerar danos à imagem da Companhia, e sujeitá-la à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, em particular em casos que não sejam cobertos pelas apólices de seguros, inclusive por meio do pagamento de indenizações.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público, a Companhia pode responder como se o Estado fosse. Como a responsabilidade estatal pode ser considerada objetiva, ou seja, basta a comprovação entre o dano sofrido e o autor da ofensa, a Companhia poderá ser responsabilizada objetivamente por eventuais danos causados aos usuários sem que seja necessário que se prove que ela agiu dolosa ou culposamente, aumentando assim o risco de responsabilização.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de renovar suas apólices de seguro nas mesmas condições atualmente contratadas. Qualquer desses fatores pode ter um efeito adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(ix) Os controles internos da Companhia poderão não ser bem-sucedidos em sua função de prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações às leis ou às políticas internas da Companhia, inclusive relacionadas a compliance e a leis de anticorrupção.

A Companhia não pode garantir que conseguirá prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações à lei por qualquer funcionário da Companhia. Ainda, não garante que os processos de governança corporativa e gerenciamento de risco não sofrerão falhas. Portanto, se qualquer funcionário se envolver em práticas fraudulentas, corruptas ou injustas, ou mesmo em qualquer violação à lei, regulação ou política interna aplicáveis, inclusive relacionadas a compliance e a leis de anticorrupção, a Companhia pode vir a sofrer ações coercitivas ou ser responsabilizada pela violação às referidas leis, regulamentos ou políticas de controles internos, o que pode resultar em multas ou sanções e afetar negativamente a reputação, condições financeiras e os negócios da Companhia.

Adicionalmente, a adequada mensuração e documentação de provisões contratuais relevantes, como a provisão de manutenção vinculada ao contrato de concessão, estimada com base em premissas técnicas (periodicidade e escopo das intervenções, histórico de custos e parâmetros de engenharia), dependem de controles e evidências robustas. Ainda, insuficiências na documentação de suporte ou premissas inadequadas podem resultar em mensuração incorreta ou reconhecimento tardio de obrigações (passivo omisso), com potenciais ajustes contábeis, reclassificações, exposição a sanções regulatórias e impactos financeiros e reputacionais.

(x) A falta de proteção adequada contra riscos relacionados à cibersegurança pode afetar a Companhia substancial e negativamente.

A Companhia está sujeita a diversos riscos de cibersegurança, incluindo, entre outros: invasão de seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação por terceiros mal-intencionados, infiltração de malware (como vírus de computador) em seus sistemas, contaminação (intencional

4.1 Descrição dos fatores de risco

ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem são trocados dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes e/ou informações de sua propriedade por pessoas dentro ou fora da Companhia e ataques cibernéticos que causam a degradação dos sistemas ou a indisponibilidade de serviços, o que pode resultar em perdas comerciais.

Nos últimos anos, sistemas de computação de companhias e organizações têm sido alvos não apenas de cibercriminosos, mas também de ativistas e Estados párias. A Companhia está, portanto, sujeitas a vários ataques cibernéticos, como *denial of service*, *malware* e *phishing*.

Ataques cibernéticos podem gerar perda de quantidades significativas de dados de clientes e de outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos (incluindo caixa). Além disso, ataques cibernéticos podem desativar os sistemas de tecnologia da informação da Companhia utilizados para o atendimento a seus clientes. À medida em que as tentativas de ataque continuam a evoluir em escopo e sofisticação, a Companhia poderá incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aprimorar suas medidas de proteção contra esses ataques, de investigar ou remediar qualquer vulnerabilidade ou consequente violação e de comunicar a seus clientes sobre ataques cibernéticos.

Além disso, a Companhia também poderá estar sujeita a ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas do Brasil. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia dependem dessa infraestrutura crítica e qualquer ataque cibernético contra essa infraestrutura crítica pode afetar negativamente a capacidade de atender os seus clientes.

Dessa forma, caso a Companhia não consiga gerenciar de maneira efetiva seus riscos de cibersegurança e qualquer dos fatores acima venha a ocorrer, os negócios, resultados, perspectivas e reputação da Companhia podem ser adversamente impactados, dando ensejo a, dentre outras possíveis implicações, pagamento de indenização aos clientes, penalidades e multas regulatórias e/ou perda de ativos.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota políticas e procedimentos de segurança da informação baseados em boas práticas de mercado, incluindo a realização periódica de testes de intrusão (pentests), avaliações de vulnerabilidade, monitoramento contínuo de sistemas críticos, controles de acesso, autenticação multifator, criptografia de dados e programas de conscientização para colaboradores, além de planos de resposta a incidentes e de recuperação de desastres. Apesar dessas medidas, não há garantia de que a Companhia esteja totalmente imune a ataques ou falhas de segurança, podendo eventos cibernéticos causar impactos adversos significativos.

b. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

(i) Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem divergir dos interesses dos seus investidores

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, impostas pelo Estatuto Social da Companhia e pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

investidores. Dessa divergência entre os interesses dos investidores e dos acionistas controladores, poderá ser afetada, dentre outros, a rentabilidade de valores mobiliários da Companhia.

c. Suas controladas e coligadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui controladas ou coligadas.

d. Seus administradores

(i) A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e/ou manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados por sua administração. Nenhuma dessas pessoas está vinculada por um contrato de trabalho de longo prazo ou obrigação de não concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e/ou manter pessoal qualificado para integrar sua administração e acompanhar seu ritmo de crescimento. A perda de membros de sua administração ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

e. Seus fornecedores

(i) A revogação ou cancelamento dos contratos com terceirizados, bem como a incapacidade da Companhia em renovar ou negociar novos contratos poderá afetar o desempenho financeiro da Companhia, assim como a negligência ou ato ilícito praticado por um prestador terceirizado poderá expor a Companhia.

A Companhia firma contratos com terceirizados para a prestação de diversos serviços, tais como, execução de obras, conservação e manutenção, atendimento aos usuários, entre outros, que são fundamentais para o cumprimento das obrigações por ela assumidas no âmbito do Contrato de Concessão. A revogação ou cancelamento desses contratos, bem como a incapacidade da Companhia em renovar ou negociar novos contratos a valores dentro de um preço de mercado em linha com os anteriormente acordados, poderá afetar o desempenho financeiro da Companhia.

Além disso, a negligência ou ato ilícito praticado por um prestador terceirizado poderá expor a Companhia com relação a danos de segurança, meio ambiente, usuários das rodovias, colaboradores e a sociedade em geral, bem como resultar em descumprimento de requisitos regulatórios que possam comprometer a imagem da Companhia.

f. Seus clientes

(i) A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de tráfego e receita de pedágios.

A maior parte das receitas da Companhia é oriunda da cobrança de tarifas de pedágio e pode ser afetada por mudanças no volume de tráfego, aumento dos preços dos pedágios e reações dos usuários ao aumento dos preços. Os volumes de tráfego estão condicionados a múltiplos fatores, incluindo a qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da rede de concessões da Companhia, a qualidade e o estado de conservação de suas rodovias, os preços dos combustíveis, as questões ambientais, incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar, a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais e climáticos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico.

A Companhia pode não ser capaz de adaptar suas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente os seus negócios.

(ii) A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

Antes da implantação dos programas de concessão de rodovias no Brasil, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente, mas não se limitando, dos caminhoneiros, que podem organizar protestos e bloquear estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio. Com isso, a demanda de tráfego pode ser afetada pela mudança no cenário econômico, político ou, ainda, por outros modais de transporte. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelos contratos de concessão, esses protestos podem afetar as decisões do Poder Concedente no tocante às tarifas de pedágio da Companhia, bem como reduzir a receita ao dispersar o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

g. Setores da economia nos quais o emissor atue

(i) As atividades da Companhia estão concentradas na operação de rodovia localizada no Estado do Paraná e quaisquer mudanças que afetem a política governamental de infraestrutura de rodovias no Brasil ou no Estado do Paraná poderão ter efeitos significativos sobre a Companhia.

A Companhia foi constituída para a celebração e execução do Contrato de Concessão. A Concessão fica localizada no Estado do Paraná e o Contrato de Concessão relacionado foi celebrado com o governo do Estado do Paraná, cabendo à Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas.

Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, o seu resultado operacional. A Companhia não pode assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais tampouco que eventuais compensações devidas a título de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão serão tempestivamente realizadas.

(ii) Os negócios, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se efetivem tempestivamente, impactando o fluxo de caixa.

Os reajustes periódicos, previstos no Contrato de Concessão para compensar os efeitos da inflação estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente.

Os demais ajustes, ou seja, aqueles não decorrentes dos efeitos da inflação, são feitos sempre com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão, conforme previsto na legislação aplicável e no Contrato de Concessão, sendo que sua aplicação está diretamente relacionada à interpretação da matriz de riscos contratual que especifica os casos que são ou não imputáveis à Companhia ao longo da execução contratual.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A materialização de fatos reconhecidos na matriz contratual como não imputáveis à Companhia ou a alteração unilateral do Contrato de Concessão e de suas respectivas obrigações de investimento e índices de desempenho pode ensejar a instauração de procedimentos de reequilíbrio econômico financeiro, os quais se concentram, como regra, nas revisões ordinárias do Contrato de Concessão, realizadas a cada ciclo quadrienal ou, excepcionalmente, em caráter imediato em caso de eventos cujas consequências sejam suficientemente gravosas, por meio de revisão extraordinária. Ainda assim, a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro por meio de revisão ordinária ou extraordinária não é automática e depende da instauração de procedimento administrativo prévio.

Tais ajustes podem resultar, segundo os termos da legislação e do Contrato de Concessão, na compensação por meio da prorrogação ou redução do prazo da Concessão, revisão do valor da tarifa quilométrica, alteração do plano original de investimentos ou do plano de investimentos vigente, revisão dos valores da outorga fixa ou variável, dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais, assunção de custos pelo Poder Concedente de custos atribuídos pelo Contrato de Concessão ao Concessionário, exploração de receitas acessórias para além do prazo de vigência do Contrato de Concessão e/ou alteração nos padrões de compartilhamento de receitas acessórias ou a combinação dos referidos mecanismos compensação para acomodar as alterações imprevistas supervenientes às assinaturas do Contrato de Concessão que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão.

(iii) A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.

Em caso de declaração de caducidade ou falência da Companhia ou, ainda de encampação da concessão, conforme previsto abaixo, a concessão da Companhia está sujeita à rescisão unilateral antecipada, e, nesse caso, os ativos sujeitos às respectivas concessões serão revertidos ao Poder Concedente.

Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade ou falência da Companhia, hipóteses de extinção do contrato por irregularidades praticadas pela concessionária, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, será limitada ao valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, podendo o valor ser reduzido a até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades.

O Poder Concedente pode, ainda, rescindir unilateralmente o Contrato de Concessão por encampação da concessão, hipótese de rescisão que independe de qualquer conduta da Companhia e pautada unicamente em razões de interesse público. Nos termos contratuais, em caso de encampação, o Poder Concedente é contratualmente obrigado a indenizar a Companhia pelos investimentos não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados pela Companhia, por encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, e lucros cessantes. Ainda assim, embora a indenização deva ser prévia, o cálculo do montante da indenização devido pode ensejar discussões e demandar tempo até o pagamento ser efetivamente realizado.

(iv) A eventual extinção da concessão, em virtude de caducidade, pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à decretação de caducidade da concessão da qual é parte, podendo esta ser extinta, após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência, por decretos do

4.1 Descrição dos fatores de risco

Poder Concedente. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ademais, o parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará ao Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, os credores receberão o pagamento dos direitos emergentes da concessão.

Sendo assim, a eventual extinção da concessão, em virtude de caducidade, pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

(v) O aumento da concorrência poderia reduzir as receitas da Companhia.

O oferecimento de outros modais de transporte, como o ferroviário e o aéreo, bem como eventuais decisões de política pública que incentivem sua expansão no futuro, poderão representar concorrência relevante. A melhoria patrocinada pelo Governo Federal e por governos estaduais e municipais de rodovias ou oferecimento de outros modais poderiam reduzir o tráfego nas rodovias operadas pela Companhia e, portanto, impactar adversamente suas receitas

(vi) O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão da Companhia. Assim, a Companhia está sujeita a aumentos não previstos nos seus custos ou decréscimos não previstos nas suas receitas.

A Companhia obtém quase a totalidade de sua receita da cobrança de tarifa de pedágio, de acordo com os termos do Contrato de Concessão, o qual consiste em um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão e as tarifas que a Companhia pode cobrar, limitada apenas à garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado. Se os custos da Companhia aumentarem ou suas receitas diminuírem significativamente ou tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos de concessão, ou ainda como resultado de medidas unilaterais do Poder Concedente, e caso as medidas unilaterais ou as alterações legislativas não sejam reconhecidas como riscos alocados ao Poder Concedente para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

h. Regulação dos setores em que o emissor atue

(i) A Companhia atua em um ambiente altamente regulamentado e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente por ações governamentais.

As principais atividades comerciais da Companhia (operação, manutenção e melhoria de rodovias) são classificadas como um serviço público e, portanto, estão sujeitas a diversas regulamentações. A estratégia de condução das atividades pela Companhia pode ser afetada de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais se pode citar:

- discricionariedade do Poder Concedente no processo de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- atraso na implementação de reajustes anuais de tarifas;
- descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão estadual; e
- alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia;

A Companhia não pode prever as ações que serão tomadas pelo Governo no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os seus resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

(ii) A regulamentação governamental afeta as operações da Companhia e pode aumentar o custo do negócio, restringir suas operações e resultar em atrasos operacionais.

A Companhia está sujeita às leis e normas que regem a relação de trabalho, saúde e a segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas, importações, exportações, impostos e outras questões. É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia e que estas alterações sejam consideradas como meramente procedimentais e que sejam negados o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que poderá ter impacto negativo significativo sobre os negócios, os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia. Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado, não sendo possível assegurar que qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessário será obtido e, quando obtido, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças necessários podem interromper ou atrasar significativamente ou até restringir algumas as operações da Companhia.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações, ou em multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os negócios, os resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

(iii) Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia

Mudanças na legislação tributária brasileira podem aumentar a carga tributária da Companhia e dos usuários de serviços prestados pela Companhia. Essas alterações incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia e, na hipótese de não serem os custos adicionais repassados às tarifas cobradas pela Companhia, os resultados operacionais da Companhia e sua condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Não se aplica à Companhia, pois ela não atua em países estrangeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

j. questões sociais

(i) Riscos relacionados a movimentos sociais, greves e paralisações

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a interrupções causadas por protestos e bloqueios promovidos por movimentos sociais, que podem resultar em redução do tráfego nas concessões rodoviárias, impactando negativamente a receita e exigindo a ativação de planos de contingência com custos adicionais. Um exemplo recente ocorreu em março de 2025, quando o povo indígena Munduruku bloqueou a BR-163 por vários dias em protesto contra a Lei nº 14.701, restringindo o fluxo no principal corredor logístico da região e expondo a operação a riscos à segurança de usuários, colaboradores e comunidades vizinhas. É possível que ativos da Companhia sejam alvo de ocupações ou obstruções semelhantes, com reflexos adversos sobre resultados operacionais, reputação e geração de caixa.

(ii) Riscos de segurança, violência e atos ilícitos

As atividades da Companhia também estão expostas a riscos de segurança, incluindo assaltos, sequestros, roubo de equipamentos, vandalismo ou mesmo ameaças de natureza criminosa ou terrorista em suas rodovias e instalações. A ocorrência de tais eventos pode comprometer a integridade de usuários, colaboradores e comunidades vizinhas, além de causar danos à infraestrutura das concessões. Situações dessa natureza podem acarretar custos adicionais, afetar adversamente a continuidade das operações e prejudicar a imagem e a reputação da Companhia, com reflexos negativos em seus resultados.

k. questões ambientais

(i) A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As operações da Companhia estão sujeitas à extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas.

A aprovação de leis e regulamentos ambientais mais rigorosos pode forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, incrementar o valor dos investimentos já planejados. Essas alterações podem ter efeito adverso relevante sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Tais sanções podem incluir a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia.

Atrasos ou indeferimentos por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais e administrativas, sem prejuízo da obrigação, na esfera civil, de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, perda ou restrição de incentivos fiscais, o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos

4.1 Descrição dos fatores de risco

oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, inviabilizar suas captações de recursos junto ao mercado financeiro.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

(i) Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais e redução das suas receitas.

A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões em que a Companhia atua, há riscos de deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, provocando a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em investimentos adicionais aos planejados, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, reduzindo, consequentemente, as suas receitas. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e dos serviços em virtude das condições naturais diferentes das existentes quando do início das respectivas concessões, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

(ii) Algumas rodovias administradas pela Companhia estão localizadas em regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos

Algumas das áreas onde estão localizadas as rodovias administradas pela Companhia estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em aumento de custos da Companhia e diminuição de suas receitas, o que pode afetar adversamente os seus resultados operacionais. Atualmente, a única região com risco geológico identificado em razão de suas características específicas é a região de São Luiz do Purunã.

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

(i) Influência governamental e instabilidade de políticas econômicas

O Governo Federal possui histórico de exercer forte influência sobre a economia brasileira por meio da implementação de políticas fiscais, monetárias, cambiais e regulatórias. Alterações nessas políticas, incluindo mudanças em taxas de juros, regimes tributários, controle de preços, regras de crédito, restrições a importações e movimentações de capital, podem afetar adversamente a Companhia. Como não é possível prever quais medidas poderão ser adotadas no futuro, tais decisões podem impactar diretamente a atividade econômica do país e, consequentemente, os negócios, a posição financeira, os resultados operacionais e até mesmo o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- A Companhia pode não conseguir executar integralmente a sua estratégia de negócio
- Riscos relacionados à terceirização de parcela das atividades-meio da Companhia podem afetar negativamente o fluxo de caixa e o resultado das operações da Companhia
- Custos de construção e manutenção maiores do que os estimados podem afetar negativamente a condição financeira da Companhia
- Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.
- A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco de mercado descritos a seguir. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que possam afetá-la adversamente.

Taxa de juros e inflação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui dívidas, não havendo impactos financeiros que possam ser adversamente causados por taxa de juros e inflação.

Riscos cambiais

Há ainda exposição a **riscos cambiais**, considerando que determinados insumos utilizados na manutenção e expansão da malha rodoviária, como asfalto e derivados de petróleo, têm seus preços atrelados ao mercado internacional. Eventual desvalorização cambial ou elevação significativa nos preços internacionais pode aumentar os custos da Companhia e reduzir sua margem operacional.

Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia pode vir a valer-se para financiar e refinanciar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia possa encontrar dificuldades em obter financiamentos de terceiros e, no caso de financiamento, cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

1. Processo nº	**5012178-53.2024.4.04.7000**
a. juízo	Vara Federal de Curitiba/PR
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	16/04/2024
d. Partes no processo[1]	Via Araucária X Município de Lapa
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Direito de ir e vir dos moradores do Município de Lapa
f. principais fatos	Alega o Município que a cobrança de tarifa de pedágio aos moradores do Distrito de Mariental fere vários princípios, pois a localização da praça de pedágio limita o acesso dos moradores ao trabalho, familiares e diversos serviços públicos, devendo ser condenada a concessionária a isentar o pagamento da tarifa de pedágio
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Liminar requerida pelo município indeferida em 05/04/2024, com interposição de recurso pelo Município. Recurso desprovido em Agravo de Instrumento e Agravo Interno, aguardando decurso de prazo pelo município
h. estágio do processo	Conhecimento – aguarda decisão saneadora
i. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo é considerado relevante, na medida em que se trata de ação coletiva e que eventual procedência impacta significativamente na arrecadação da Concessionária.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual procedência impacta significativamente na arrecadação da Concessionária, pois acarreta isenção de arrecadação a todos os moradores do município de Mariental
2. Processo nº	**5012204-51.2024.4.04.7000**
a. juízo	Vara Federal de Curitiba
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	25/03/2024
d. Partes no processo[2]	Via Araucária e Município de Balsa Nova
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Ilegitimidade do Município a promulgar Lei Municipal que interfira em áreas de titularidade federal/estadual e que impactem em contrato firmado entre a Concessionária e a ANTT.
f. principais fatos	A Concessionária requer que seja declarado o direito a cobrança do pedágio, a não submissão as obrigações da Lei Municipal 1362/2024, que o município de Balsa Nova se abstenha da prática da Lei Municipal

[1] Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

[2] Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	1362/2024, bem como impor a ANTT a prática de todos os atos jurídicos necessários a execução do contrato de concessão e PER.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão que deferiu a tutela provisória proferida em 02/04/2024 para afastar a aplicação da lei municipal e impedir a aplicação de sanções em face da Concessionária.
h. estágio do processo	Conhecimento – aguarda decisão saneadora
i. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável chance de êxito (autora)
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo é considerado relevante em razão do impacto financeiro decorrente da decisão, na medida em que a Lei isenta, sem legitimidade, o pagamento da tarifa aos moradores da cidade.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual improcedência do pedido da concessionária impacta significativamente na arrecadação da Concessionária, pois acarreta isenção de arrecadação a todos os moradores do município de Balsa Nova
3. Processo nº	**5011678-84.2024.4.04.7000**
a. juízo	Vara Federal de Curitiba/PR
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	A Autora requer que seja declarado o direito a cobrança do pedágio, a não submissão as obrigações da Lei Municipal 1269/2024, que o município de Porto Amazonas se abstenha da prática da Lei Municipal, bem como impor a ANTT a prática de todos os atos jurídicos necessários a execução do contrato de concessão e PER
d. Partes no processo[3]	Via Araucária e Município de Porto Amazonas
e. valores, bens ou direitos envolvido	Ilegitimidade do Município a promulgar Lei Municipal que interfira em áreas de titularidade federal/estadual e que impactem em contrato firmado entre a Concessionária e a ANTT.
f. principais fatos	A Autora requer que seja declarado o direito a cobrança do pedágio, a não submissão as obrigações da Lei Municipal 1269/2024, que o município de Balsa Nova se abstenha da prática da Lei Municipal 1269/2024, bem como impor a ANTT a prática de todos os atos jurídicos necessários a execução do contrato de concessão e PER

[3] Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Liminar deferida em 22/03/2024 para afastar a aplicação da lei municipal e impedir a aplicação de sanções em razão da não concessão de isenções. Despacho saneador proferido em 11/10/2024.
h. estágio do processo	Conhecimento (aguarda decisão de EDs opostos pela ANTT em face da decisão saneadora)
i. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável chance de êxito (requerente)
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo é considerado relevante em razão do impacto financeiro decorrente da decisão, na medida em que a Lei isenta, sem legitimidade, o pagamento da tarifa aos moradores da cidade.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual improcedência do pedido da concessionária impacta significativamente na arrecadação da Concessionária, pois acarreta isenção de arrecadação a todos os moradores do município de Balsa Nova
4. Processo nº	**5011738-57.2024.4.04.7000**
a. juízo	Vara Federal - Curitiba, Paraná / TJPR
b. Instância	1ª
c. Data de Instauração	21/03/2024
d. Partes no processo[4]	Via Araucária e Município de Lapa
e. valores, bens ou direitos envolvido	Ilegitimidade do Município a promulgar Lei Municipal que interfira em áreas de titularidade federal/estadual e que impactem em contrato firmado entre a Concessionária e a ANTT.
f. principais fatos	A Autora requer que seja declarado o direito a cobrança do pedágio, a não submissão as obrigações da Lei Municipal 4207/2024, que o município de Lapa se abstenha da prática da Lei Municipal
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Tutela de urgência deferida em 24/05/2024 para suspender a eficácia das leis municipais e autorizar a cobrança da tarifa de pedágio. Decisão estabilizada
h. estágio do processo	Recursal
i. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota. Provável êxito da Concessionária (parte autora)
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo é considerado relevante em razão do impacto financeiro decorrente da decisão, na medida em que a Lei isenta, sem legitimidade, o pagamento da tarifa aos moradores da cidade.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual improcedência do pedido da concessionária impacta significativamente na arrecadação da Concessionária, pois acarreta isenção de arrecadação a todos os moradores do município de Lapa

[4] Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não houve o provisionamento de nenhum processo judicial, em razão de todas as demandas – no período de referência - serem consideradas de perda remota, segundo os critérios utilizados pela Companhia.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Não se aplica. A Companhia não possui processos sigilosos.

4.7 Outras contingências relevantes

Não aplicável.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las
Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item "a" é facultativo para emissores registrados na categoria "B"

b. as estruturas organizacionais envolvidas
Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item "b" é facultativo para emissores registrados na categoria "B"

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento
Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, o preenchimento do item "c" é facultativo para emissores registrados na categoria "B"

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente
Nos termos da legislação vigente, a KPMG Auditores Independentes Ltda examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, obtendo entendimento a respeito das políticas e processos relacionados ao sistema contábil e de controles internos da Companhia.

No escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia recebe, anualmente, relatório circunstanciado dos auditores independentes com a indicação de eventuais deficiências e das respectivas recomendações sobre os controles internos, propondo plano de ação para que a Companhia corrija qualquer deficiência identificada.

As recomendações para melhorias de controles internos e dos procedimentos contábeis são: **Novas Recomendações. Documentação de Suporte para Provisão de Manutenção - 1**. Implementar políticas e processos para garantir documentação robusta (orçamentos, projetos executivos, contratos, etc.) que respalde os valores registrados, 2. Realizar revisões periódicas para garantir que os documentos estejam completos e atualizados; **Classificação Correta de Valores Recebidos Eletronicamente 1.** Garantir que valores recebidos via cartão sejam classificados como "contas a receber" e não como "caixa e equivalentes de caixa" e 2. Adotar processos revisionais regulares e documentação adequada para mitigar riscos de classificação incorreta; **Reconhecimento Adequado de Passivos**.; 1. Implementar procedimentos e controles para garantir o reconhecimento correto de passivos, especialmente relacionados a fornecedores, estoques e infraestrutura em construção, 2. Realizar auditorias internas regulares para identificar e registrar todos os passivos; **Formalização de Políticas e Procedimentos Contábeis 1.** Formalizar políticas e manuais para todas as rubricas contábeis significativas, 2. Disponibilizar essas políticas para todos os colaboradores e revisar periodicamente. **Conciliação do "Fundo de Troco" 1.** Implementar processo formal e periódico de conciliação do saldo do fundo de troco. 2 Elaborar relatórios reconciliados e designar responsáveis para revisão e análise de divergências.; **Avaliação Quantitativa dos Instrumentos Financeiros 1.** Revisar metodologia de análise de sensibilidade, substituindo percentuais fixos por análises baseadas em dados de mercado atualizados, 2, Mensurar riscos considerando variáveis como taxa de juros, risco de crédito, prazo e volatilidade. **Recomendações de Exercícios Anteriores Não Solucionadas: -Evidência de Revisão e Aprovação de Lançamentos Contábeis Manuais. 1.** Formalizar e arquivar evidências de revisão e aprovação de todos os lançamentos contábeis manuais; 2. Reforçar o cumprimento da política existente por meio de treinamentos e comunicação clara das responsabilidades.

5.2 Descrição dos controles internos

e. **comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A administração da Companhia avaliou as recomendações apresentadas pela area de qualidade em relação aos controles internos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tendo definido planos de ação para aquelas consideradas pertinentes. A execução desses planos é acompanhada pela área de controles internos, com reporte ao Conselho de Administração. Na avaliação da administração, as melhorias sugeridas não apresentam risco de distorções relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:
A Companhia possui um Programa de Integridade, composto por regras e normas fixadas por meio de políticas e procedimentos internos, visando a disseminar as melhores práticas de governança corporativa e orientar quais condutas são esperadas de seus colaboradores, parceiros de negócio e os e demais públicos com os quais interage.

O Programa de Integridade é instrumentalizado por meio de políticas e procedimentos internos criados com o intuito de formalizar o posicionamento da Companhia perante os colaboradores, reforçando aspectos fundamentais e garantidores da conformidade de seus processos, aprimorando os mecanismos de difusão da cultura ética e da gestão por meio da mitigação de riscos, prevenção, detecção e correção que impeçam a ocorrência de desvios éticos em suas atividades.

Nesse sentido, o principais mecanismos de integridade adotado pela Companhia voltado pra a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública são o Código de Conduta Ética, o Canal de Ética e sua Política Anticorrupção, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes que devem ser observadas na condução de todos os negócios da Companhia e estabelecer que esta não é conivente, em hipótese alguma, com qualquer ação ou omissão que possa repercutir em violação às disposições da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”) ou, quando aplicável, das regras previstas em leis estrangeiras como o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), dos Estados Unidos da América, e o UK Bribery Act (UKBA), do Reino Unido.

Dentre outros temas relacionados à prevenção e combate à corrupção, a Política Anticorrupção versa sobre: (i) prevenção a práticas de corrupção e suborno; (ii) tolerância zero a extorsão ou pagamentos de facilitação; (iii) procedimentos para contribuições a causas beneficentes e doações; (iv) vedação a contribuições para partidos políticos; (v) regras sobre brindes, entretenimentos e hospitalidade; (vi) patrocínios; (vii) orientações sobre participação em licitações; (viii) interação com poder público; (ix) interação com fornecedores; e (x) obtenção de licenças.

Sua aplicação abrange todos os colaboradores, acionistas, administradores, conselheiros, consultores, diretores, auditores, prepostos, funcionários, estagiários, menores aprendizes, contratados terceirizados ou pessoa agindo em nome da Companhia, assim como terceiros com que tenha alguma relação, incluindo fornecedores, consultores, parceiros de negócios, clientes e demais prestadores de serviços O Código de Conduta Ética da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, também reforça o compromisso com a legalidade de seus atos, enfatizando que a Companhia não tolera qualquer conduta ilegal, de suborno ou corrupção por parte de seus colaboradores.

Nesse sentido, o Código de Conduta Ética da Companhia explica, didaticamente, conceitos como suborno e corrupção, dentre outros, apresenta as práticas vedadas pela Lei Anticorrupção e orienta que todos os colaboradores da Companhia devem sempre:

5.3 Programa de integridade

a. conduzir as relações comerciais em estrita observância à legislação, às práticas de mercado, aos bons costumes e às orientações de órgãos reguladores;
b. ser diligente, cordial e atencioso no trato com os órgãos públicos, poder concedente, agência reguladora, fornecedores, prestadores de serviços ou quaisquer outras concessionárias que se relacionem com a Companhia;
c. jamais fazer negócios visando interesse ou vantagem pessoal direta ou indireta;
d. observar rigorosamente os padrões operacionais e normas de segurança fixados pela Companhia, em especial procedimentos, prazos e formas de reporte.

O Código de Conduta Ética determina, ainda, que toda tratativa com órgãos públicos e/ou o poder concedente deverá ser realizada na presença de pelo menos 2 (dois) colaboradores da Companhia.

Além disso, o Código de Conduta Ética estabelece que a Companhia não financia ou promove partidos ou organizações políticas, nem seus representantes ou candidatos, ou outras atividades que tenham como fim a propaganda política, bem como não patrocina e nem faz doações, salvo a causas beneficentes, éticas e legais, desde que devidamente aprovadas pela Diretoria da Companhia.

A esse respeito, vale ressaltar, ainda, que a Companhia possui, especificamente, uma Política de Doação e Patrocínios, que estabelece as diretrizes para a realização de doações e patrocínios pela Companhia, a fim de garantir que essas contribuições ocorram com o mais elevado padrão de transparência, integridade e legalidade.

Para garantir a efetividade e o cumprimento de seu Programa de Integridade, do qual fazem parte a Política Anticorrupção, o Código de Conduta Ética e a Política de Doação e Patrocínios, a Companhia possui a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares.

Assim, uma vez apurado algum ato contrário as nossas diretrizes de integridade, este será avaliado pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais da Companhia.

- Adicionalmente, a Política de Avaliação de Padrões Comportamentais e de Aplicação de Medidas Disciplinares norteia os parâmetros das medidas disciplinares que possuem caráter educativo e/ou punitivo. As penalidades previstas são proporcionais ao tipo de violação, à reincidência e ao nível de responsabilidade dos envolvidos, podendo resultar em Advertência verbal;
- Advertência por escrito;
- Suspensão do contrato do trabalho, durante ou após a apuração da denúncia; e
- Dispensa (sem justa causa ou por justa causa)

A dosimetria das medidas disciplinares será avaliada caso a caso, de acordo com a natureza e abrangência dos fatos comprovados, face a participação do envolvido, bem como os reflexos dos atos praticados em relação à imagem e valores da Companhia.

Já os parceiros de negócio da Companhia que violarem o Programa de Integridade estarão sujeitos à rescisão contratual, sem prejuízo da adoção de outras medidas indenizatórias, inclusive judiciais, tudo em consonância com as legislações aplicáveis e clausulas contratualmente previstas.

5.3 Programa de integridade

Estes mecanismos e procedimentos de integridade são reavaliados e, se necessário adaptados, anualmente, de forma ordinária e, em menor período, quando da ocorrência de eventos extraordinário.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, se existentes.

O Manual do Programa de Integridade, orienta a implementação do Programa de Integridade da Companhia, estabelecendo, dentre outras, a estrutura de Governança para Gestão e Monitoramento do Programa de Integridade da Companhia que é formado, conjuntamente, pelo Compliance Officer, pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e Conselho de Administração da Companhia.

Abaixo são descritas as atribuições de cada um dos componentes desta estrutura:

- **Compliance Officer:** sua principal atribuição é orientar e promover o programa de integridade da Companhia. O Compliance Officer realiza a gestão do dia a dia do Programa de Integridade, o que inclui: (i) esclarecer dúvidas dos colaboradores e consulentes, (ii) acompanhar os desdobramentos relativos ao Canal de Ética e privacidade e assegurar o reporte das violações identificadas e seus resultados à Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, e quando aplicável, à diretoria executiva e ao conselho de administração (iii) receber, monitorar e registrar o reporte de recebimento brindes, entretenimento ou hospitalidade pelos colaboradores; (iv) encaminhar temas à Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e ao conselho de administração, conforme o caso, (v) propor e estabelecer mecanismos e/ou protocolos de monitoramento, controle, acompanhamento e treinamento para prevenir potenciais condutas ilegais e antiéticas.
- **Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais:** órgão responsável por receber denúncias, investigar, avaliar e julgar as violações ao Código de Conduta Ética, Política Anticorrupção e demais normas e políticas aplicáveis da Companhia, de forma imparcial e confidencial, garantindo a proteção dos temas e das pessoas envolvidas.
- **Conselho de Administração:** supervisiona, avalia, define estratégias e controla se as metas do Programa de Integridade estão sendo cumpridas

O Compliance Officer, cargo formalmente criado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2024, reporta-se ao Conselho de Administração.

A Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, por sua vez, teve sua constituição formalmente ratificada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2024 e se reporta ao Conselho de Administração.

Os membros da Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais gozam de proteção institucional diante de eventuais tentativas de retaliação por parte de envolvidos em denúncias (denunciantes e denunciados) e diante de eventuais tentativas de represália por parte da Companhia.

Os membros da Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais possuem total independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas em função de seu cargo, não podendo, de qualquer modo, divulgar seu

5.3 Programa de integridade

conteúdo para outros colaboradores ou para quaisquer outros terceiros que não seja no interesse das apurações das denúncias.

Por fim, ressalta-se que o Conselho de Administração da Companhia, órgão formalmente criado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de julho de 2022, em linha com a lógica hierárquica prescrita pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), possui autonomia operacional para desempenhar suas atribuições legais e estatutárias e não se reporta diretamente a qualquer órgão da estrutura administrativa da Companhia, sem prejuízo das prerrogativas legais de fiscalização da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, quando instalado.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

1. **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
   A Companhia possui um Código de Conduta Ética, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2024, que é aplicável a todos os administradores e colaboradores da Companhia, bem como a terceiros com os quais a Companhia se relaciona.

2. **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
   O descumprimento das normas contidas no Código de Conduta Ética é passível de medidas disciplinares: (a) Advertência verbal; (b) Advertência por escrito; (c) Suspensão; (d) Demissão sem justa causa; (e) Demissão por justa causa.

   A aplicação de qualquer uma das medidas disciplinares descritas acima possui regramento estabelecido na Política de Aplicação de Medidas Disciplinares, as quais, dentro das alçadas estabelecidas, sendo definida pela Comissão de Ética e de Proteção de Dados Pessoais, de acordo com a gravidade da infração e de forma consistente e proporcional ao descumprimento, independentemente da hierarquia, posição/senioridade do colaborador.

3. **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
   O Código de Conduta Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2024.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncia é interno ou se está a cargo de terceiros e,
(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados e,
(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé e,
(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias
O Canal de Ética da Companhia é uma ferramenta para captação de relatos e é operado por uma empresa terceirizada independente. Tal fato está alinhado às melhores práticas em captação de relatos e, possibilita a garantia de anonimato. O canal está aberto para o recebimento de denúncias também de terceiros, que serão avaliadas pela Área de Compliance da Companhia e, quando cabível, em conjunto com a Comissão de Ética.

5.3 Programa de integridade

O Canal de Ética da Companhia é externo, gerido pela prestadora Contato Seguro, e é assegurado o anonimato e proteção dos denunciantes de boa-fé, conforme estabelecido na Política de Reporte de Denúncias e Não Retaliação da Companhia.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas[1]

Nenhum caso.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que a Companhia possui regras voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

[1] A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia obteve a recomendação de certificação ABNT NBR IS0 37001:2017 em 15/01/2025, após menos de um ano do início de suas atividades.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING III S.A.		
51.588.411/0001-80	Brasil	Não
Não		
735.074.410	100,000	0

Sim	27/12/2023			
0,000	735.074.410	100,000		

Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
735.074.410	100,000	0	0,000	735.074.410	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING III S.A.	**51.588.411/0001-80**	

INFRA BR V RODOVIAS HOLDING II S.A.					
52.237.198/0001-25	Brasil	Não	Sim	14/12/2023	
Não					
1.205.000.400	100,000	0	0,000	1.205.000.400	100,000

Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL					
1.205.000.400	100,000	0	0,000	1.205.000.400	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING II S.A.				**52.237.198/0001-25**	
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING I S.A.					
52.221.609/0001-94	Brasil	Não	Sim	14/12/2023	
Não					
1.250.000.400	100,000	0	0,000	1.250.000.400	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.250.000.400	100,000	0	0,000	1.250.000.400	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING I S.A.	**52.221.609/0001-94**	

OREGON FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

51.693.767/0001-84	Brasil	Não	Não	14/12/2023	
Não					
817.500.000	65,400	0	0,000	817.500.000	65,400

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

PÁTRIA INFRAESTRUTURA V MASTER BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

51.504.445/0001-40	Brasil	Não	Não	14/12/2023	
Não					
91.387.250	7,311	0	0,000	91.387.250	7,311

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

PÁTRIA INFRAESTRUTURA V MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

61.475.764/0001-28	Brasil	Não	Não	26/06/2025	
Não					
341.112.750	27,289	0	0,000	341.112.750	27,289

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
INFRA BR V RODOVIAS HOLDING I S.A.				**52.221.609/0001-94**	
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.250.000.000	100,000	0	0,000	1.250.000.000	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/01/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

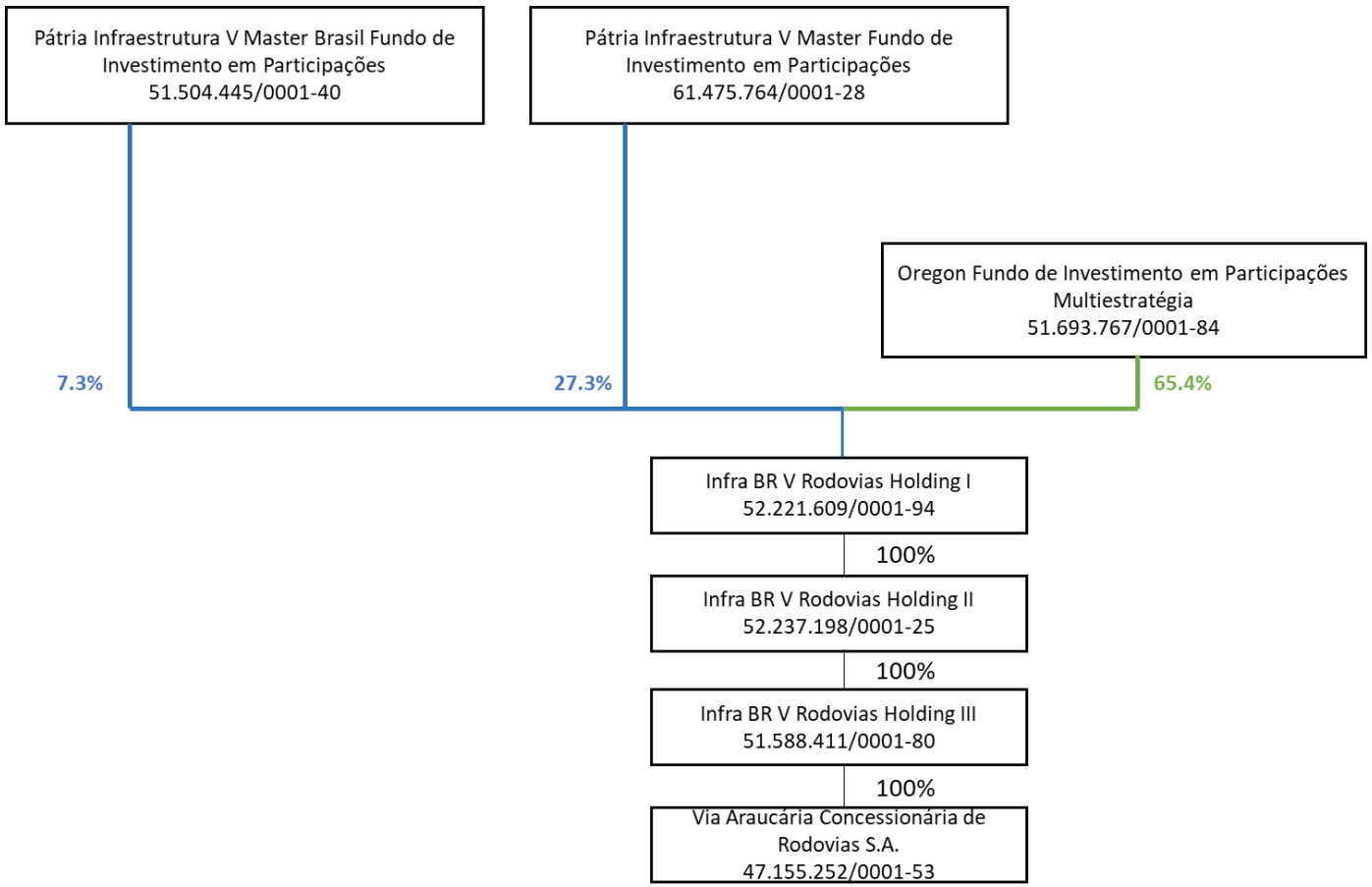
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item "a" é facultativo para emissores registrados na categoria "B"

b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item "b" é facultativo para emissores registrados na categoria "B"

i. A periodicidade das avaliações e sua abrangência

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

ii. A metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

iii. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento deste item é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme Anexo C da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o preenchimento do item "c" é facultativo para emissores registrados na categoria "B".

d. **Por órgão**

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Diretoria: 5 homens
Conselho de Administração: 5 homens

ii. **número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça**

Diretoria: 5 brancos
Conselho de Administração: 5 brancos

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

N/A.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	**0**	**9**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	**0**	**9**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	**0**	**9**	**0**

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome DANIEL BECKER **CPF:** 034.375.929-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/04/1982

Experiência Profissional: O Sr. Daniel Becker é brasileiro, com formação acadêmica em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor e Conselheiro da Companhia.
Possui 20 anos de experiência, concentrada nos setores de Logística e Transporte. No Pátria Investimentos há 8 anos, trabalhou no desenvolvimento da tese de concessões rodoviárias dentro do Pátria Infraestrutura. Previamente ao Pátria, foi Gerente Geral de Melhoria de Performance e Inovação na VLI S.A e Principal na Bain & Company. O Sr. Daniel informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Daniel declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	19/08/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor sem designação específica			
Conselho de Administração	12/08/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FABRÍCIO RODRIGUES AMARAL **CPF:** 040.156.326-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 31/05/1979

Experiência Profissional: O Sr. Fabrício Rodrigues Amaral ocupa a função de Operating Partner liderando o portfólio de Rodovias LATAM no Pátria Investimentos. Com mais de 20 anos de experiência ocupou posições de liderança sênior e C-Level com passagens pela Ambev, RHI Magnesita e Pátria. Entre 2007 e 2014 atuou como COO LATAM na RHI Magnesita. Atua no Pátria desde 2014, ocupando posições de COO, CEO de investida, Head de Operações & Supply Chain do Portfolio Pátria e Operating Partner do Setor de Rodovias e Logística. Atuou como membro de Conselho de Administração da Lavoro, Grupo Avidanti (Colômbia), SuperFrio, CropCare, Icestar (Chile). Hoje é Conselheiro das empresas CART, Entrevias, Eixo, Via Araucária, Rutas a Sur, Rutas del Vale e Evolution Mobilty. Possui formação em Engenharia Mecânica pela UI. Executivo com grande experiência em project finance, gestão de capex e operações, tendo implantado importantes projetos no Brasil, Colômbia e outros países LATAM. Adicionalmente, o Sr. Fabrício declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/08/2024	2 anos	Presidente do Conselho de Administração			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO **CPF:** 063.255.958-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador e Advogado **Data de Nascimento:** 31/05/1967

Experiência Profissional: O Sr. Gilson de Oliveira Carvalho é brasileiro, com graduação em Direito pelo Centro Universitário Capital, em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco, em Administração pela PUC-MG e em Economia pela UNIP, além de diversos outros aprimoramentos. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Companhia, e desempenha seu papel há mais de um ano. Adicionalmente, o Sr. Gilson declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/03/2024	2 anos	Diretor de Relações com Investidores				

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUIZ CLAUDIO TORELLI **CPF:** 612.434.426-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Aeronáutico **Data de Nascimento:** 27/02/1969

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Claudio Torelli é brasileiro, graduado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Possui 30 anos de experiência, e atualmente, trabalha como Chefe da Unidade de Negócios de Conservação e Manutenção da IBH I Participações e Serviços (controlada pela Patria Investments), sendo o Diretor Corporativo de Conservação e Manutenção da Companhia. Adicionalmente, o Sr. Luiz declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/03/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor sem designação específica			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PEDRO HENRIQUE CARAMORI VELOSO **CPF:** 329.723.058-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 29/09/1984

Experiência Profissional: O Sr. Pedro Henrique Caramori Veloso é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de São Carlos.
Possui mais de 15 anos de experiência em projetos e implantações de obras de engenharia de diversos portes, e atualmente ocupa o cargo de Diretor da Companhia.
Adicionalmente, o Sr. Pedro declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/03/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor sem designação específica			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO FERNANDES PRADO ALVES **CPF:** 230.056.838-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/10/1988

Experiência Profissional: O Sr. Ricardo Fernandes Prado Alves ocupa a posição de Vice-Presidente Sênior no time de investimentos em Infraestrutura do GIC, fundo soberano de Singapura com mais de US $100 bilhões sob gestão. Possui mais de 14 anos de experiência em investimentos em empresas de capital aberto e fechado. Anteriormente ao GIC, integrava o time da Warburg Pincus no Brasil, fundo dedicado a investimentos em Private Equity, e trabalhou como analista e gestor de ações de empresas listadas na mesa proprietária do Banco Santander. Iniciou sua carreira na McKinsey&Co como consultor e possui formação acadêmica em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O Sr. Ricardo informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Ricardo declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/08/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome SAMUEL JESSE BIESIADA **CPF:** 123.456.789-09 **Passaporte:** 677123513 **Nacionalidade:** Estados Unidos **Profissão:** Head of the Diversified & Value Private Equity Section **Data de Nascimento:** 20/12/1989

Experiência Profissional: O Sr. Samuel Jesse Biesiada, norte-americano, solteiro, portador do passaporte nº 677123513, com endereço comercial na Arábia Saudita, em Public Investment Fund Tower, King Abdullah Financial District (KAFD), 1.16, na Al Aqeeq District, Riyadh 13519, formado em 2012 pela Universidade de Georgetown e ocupa o cargo de conselheiro na Companhia. Possui doze (12) anos de experiência nas áreas de Private Equity e Investment Banking. Trabalha no Public Investment Fund ("PIF") há 8 (oito) anos, onde ocupa o cargo de Head of the Diversified & Value Private Equity Section e contribuiu para o desenvolvimento dos investimentos internacionais do PIF. Antes de assumir a sua posição atual, integrava o time da Citigroup Investment Banking em Londres. O Sr. Samuel informa que não exerce outros cargos administrativos em sociedades ou organizações do terceiro setor. Além disso, ele declara não ser considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme a regulamentação vigente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/08/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome SÉRGIO RAY SANTILLÁN **CPF:** 217.030.218-27 **Passaporte:** V223559-S **Nacionalidade:** Argentina **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 18/09/1961

Experiência Profissional: O Sr. Sérgio Ray Santillán é argentino, formado em Engenharia Aeronáutica pela Universidad Nacional de Cordoba. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Companhia. Trabalhou no setor aeroespacial, na Itália, por 6 anos concomitante com seus estudos de doutorado em Engenharia Aeroespacial, no Politécnico di Torino. Além disso, Sérgio atua na Companhia há mais de um ano, e afirma que sua gestão foca no compromisso com stakeholders - acionistas, comunidade e contratos de concessão. Adicionalmente, o Sr. Sérgio declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	08/03/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor sem designação específica			

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome THIAGO DE PAULA BRONZI **CPF:** 364.109.338-43 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 13/01/1988

Experiência Profissional: Antes de ingressar na Pátria em 2011, o Sr. Thiago de Paula Bronzi trabalhou na A.T. Kearney na área de estratégia de negócios e no Banco BBM em pesquisa macroeconômica. Participou do desenvolvimento da Highline, empresa de torres criada pela Pátria em 2012, e participou das iniciativas de rodovias do fundo (Entrevias, Eixo SP, Cart e Via Araucaria). É formado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Atualmente, ocupa o cargo de Conselheiro na Companhia. O Sr. Thiago informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/08/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: GABRIEL MORETTINI E CASTELLA **CPF:** 059.468.659-86 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 21/01/1992

Experiência Profissional: O Sr. Gabriel Morettini e Castella é brasileiro, graduado em Direito pela Pontificia Universidade Católica do Paraná e mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui 10 anos de experiência, com prática na condução de processos de relicitação, repactuação de contratos de concessão, arbitragem, suporte ao acionista em transações de M&A e Governança, sendo o Head Jurídico responsável pela estruturação do Leading Case de repactuações de concessões de rodovias. Adicionalmente, o Sr. Gabriel declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		Indefinido	Comissão de Ética		25/06/2024	

Nome:	GILSON DE OLIVEIRA CARVALHO	**CPF:**	063.255.958-66	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Contador e Advogado	**Data de Nascimento:**	31/05/1967

Experiência Profissional:

O Sr. Gilson de Oliveira Carvalho é brasileiro, com graduação em Direito pelo Centro Universitário Capital, em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco, em Administração pela PUC-MG e em Economia pela UNIP, além de diversos outros aprimoramentos. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Companhia, e desempenha seu papel há mais de um ano. Adicionalmente, o Sr. Gilson declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		Indefinido	Comissão de Ética		25/06/2024	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: LUIZ CLAUDIO TORELLI **CPF:** 612.434.426-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Aeronáutico **Data de Nascimento:** 27/02/1969

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Claudio Torelli é brasileiro, graduado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Possui 30 anos de experiência, e atualmente, trabalha como Chefe da Unidade de Negócios de Conservação e Manutenção da IBH I Participações e Serviços (controlada pela Patria Investments), sendo o Diretor Corporativo de Conservação e Manutenção da Companhia. Adicionalmente, o Sr. Luiz declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		Indefinido	Comissão de Ética		25/06/2024	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: SÉRGIO RAY SANTILLÁN **CPF:** 217.030.218-27 **Passaporte:** V223559-S **Nacionalidade:** Argentina **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 18/09/1961

Experiência Profissional:

O Sr. Sérgio Ray Santillán é argentino, formado em Engenharia Aeronáutica pela Universidad Nacional de Cordoba. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Companhia. Trabalhou no setor aeroespacial, na Itália, por 6 anos concomitante com seus estudos de doutorado em Engenharia Aeroespacial, no Politécnico di Torino. Além disso, Sérgio atua na Companhia há mais de um ano, e afirma que sua gestão foca no compromisso com stakeholders - acionistas, comunidade e contratos de concessão. Adicionalmente, o Sr. Sérgio declara que não é considerado uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		Indefinido	Comissão de Ética		25/06/2024	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome:	THAISY NARA DE CARVALHO	**CPF:**	336.684.168-00	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Gerente de Recursos Humanos

Data de Nascimento: 11/05/1988

Experiência Profissional:

A Sra. Thaisy Nara de Carvalho é brasileira e possui mais de 15 anos de experiência em liderança estratégica de Recursos Humanos. Atualmente, atua como Superintendente de RH e SESMT na IBH I Serviços e Participações S.A., plataforma de concessões rodoviárias controlada pela Pátria Investimentos. Adicionalmente, a Sra. Thaisy Nara de Carvalho declara que não é considerada uma pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Com expertise em governança corporativa, remuneração, sucessão e gestão de desempenho, lidera estratégias de transformação cultural e desenvolvimento organizacional. Possui sólida experiência na implantação de operações, integração de ativos e gestão de equipes multidisciplinares em ambientes altamente regulados.

Graduada em Administração de Empresas e Gestão Comercial pela UNIFEV, possui diversos cursos e especializações, incluindo MBAs em Gestão Estratégica de Pessoas (FGV) e Gestão Estratégica de Organizações (FUNDACE/USP), além de formação em Comitês de Pessoas, Cultura e Governança pelo IBGC.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		Indefinido	Comissão de Ética		25/06/2024	

7.5 Relações familiares

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	5,00		7,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	572.639,84	1.954.198,59		2.526.838,43
Benefícios direto e indireto	133.959,51	380.905,37		514.864,88
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	363.053,66	1.238.961,91		1.602.015,57
Descrição de outras remunerações fixas	Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.	Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	629.938,25	509.112,27		1.139.050,52
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Remuneração variável.	Remuneração variável.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.699.591,26	4.083.178,14		5.782.769,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	5,00		7,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	572.639,84	1.954.198,59		2.526.838,43
Benefícios direto e indireto	133.959,51	380.905,37		514.864,88
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	363.053,66	1.238.961,91		1.602.015,57
Descrição de outras remunerações fixas	Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.	Honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	629.938,25	509.112,27		1.139.050,52
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Remuneração variável.	Remuneração variável.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	1.699.591,26	4.083.178,14		5.782.769,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	No exercício de 2023 não foi aprovada remuneração para membros do conselho e da diretoria, conforme AGO de 26/05/2023, registrada em 28/06/2023 na JUCESP sob o nº 259.985/23-5.	No exercício de 2023 não foi aprovada remuneração para membros do conselho e da diretoria, conforme AGO de 26/05/2023, registrada em 28/06/2023 na JUCESP sob o nº 259.985/23-5.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	No exercício de 2022 não foi fixada a remuneração de conselheiros e diretores, sendo portanto, igual a 0.	No exercício de 2022 não foi fixada a remuneração de conselheiros e diretores, sendo portanto, igual a 0.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.3 Remuneração variável

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.11 Ações entregues

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Órgãos	2025	2024	2023	2022
Conselho de Administração	23%	29%	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	77%	71%	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente:

Controladores	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Diretos	0	0	0
Indiretos	0	0	0

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Documento não preenchido.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**004189**	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
08/02/2024	17/01/2024	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria e emissão de relatórios sobre demonstrações financeiras da Companhia.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
A remuneração bruta dos auditores independentes correspondeu ao montante de R$ 208.264,46.		
Justificativa da substituição		
Não aplicável, tendo em vista que, desde a constituição da Companhia, o Auditor da Companhia não foi substituído.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Os auditores independentes KPMG (KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29) foram contratados exclusivamente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia, não havendo a contratação de serviços adicionais que possam caracterizar conflito de interesse ou comprometer sua independência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A.	30/04/2024	1.772.466,34	0,00	1772466,34	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato de Compra e Venda tendo como objeto a aquisição, pela Companhia, de 5 (cinco) tratores de propriedade da CART, para as funções de conservação, que foram avaliados de acordo com suas qualidades técnicas e funcionalidades. O contrato especifica os modelos, ano de fabricação, condições de uso dos veículos, valores individuais e totais da negociação, forma de pagamento e prazos para entrega					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Os itens adquirdos foram avaliados de acordo com suas qualidades técnicas e funcionalidades e preço de mercado, por técnico especializado (First Eng), tendo sido tais informações registradas em laudo. A escolha da companhia se deu pela disponibilidade imediata do equipamento, bem como pela constatação que a transação seria em condições equitativas com o mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	30/04/2024	4.032.910,24	0,00	4.032.910,24	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato de Compra e Venda tendo como objeto a aquisição, pela Companhia, de 14 (catorze) caminhões de propriedade da Eixo SP. O contrato especifica os modelos, ano de fabricação, condições de uso dos veículos, valores individuais e totais da negociação, forma de pagamento e prazos para entrega. O maquinário adquirido pela Companhia é utilizado para as funções de conservação da rodovia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Os itens adquiridos foram avaliados de acordo com suas qualidades técnicas e funcionalidades e preço de mercado, por técnico especializado (First Eng), tendo sido tais informações registradas em laudo. A escolha da companhia se deu pela disponibilidade imediata do equipamento, bem como pela constatação que a transação seria em condições equitativas com o mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	29/12/2023	3.220.414,10	65.306,22	3.220.414,10	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para regulamentação de ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Todos os valores pagos foram devidamente comprovados, tanto sua realização quanto seu direcionamento para Companhia. Com relação ao apoio administrativo, foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Este contrato trata de ressarcimento de despesas incorridas pela Eixo SP em apoio na estruturação para início das atividades da Companhia, como apoio técnico, administrativo e pagamentos de algumas depesas. Esta transação se deu com base em sua expertise no setor, histórico de atuação em projetos semelhantes, e por ter sido realizado em condições equitativas de mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	29/12/2023	215.815,53	215.529,07	215815,53	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Atividades que foram realizadas em benefício da Companhia e da Eixo -SP, que demandaram, por essa razão, a obtenção de ressarcimento. Os critérios foram a efetiva realização de atividades em benefício da Eixo SP e comprovação do pagamento.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Entrevias Concessionaria de Rodovias S.A.	31/03/2024	9.880,05	721,74	9880,05	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para regulamentação de ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Todos os valores pagos foram devidamente comprovados, tanto sua realização quanto seu direcionamento para Companhia. Com relação ao apoio administrativo, foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Este contrato trata de ressarcimento de despesas incorridas pela Entrevias na estruturação da Companhia, como apoio técnico, administrativo e pagamentos de algumas depesas. Esta transação se deu com base em sua expertise no setor pela Entrevias, histórico de atuação em projetos semelhantes, e por ter sido realizado em condições equitativas de mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	29/12/2023	6.858.426,54	776.344,88	6858426,54	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas administrativas, como departamento pessoal (DP), gestão de fornecedores, contabilidade, fiscal, tesouraria entre outros. Os critérios de rateio são definidos conforme participação percentual da Companhia na estrutura da IBH I Serviços e conforme volume de atividades realizadas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	O contrato regula a prestação de serviços compartilhados pela IBH I Serviços à Companhia e a outras concessionárias de rodovias. A contratação da IBH I Serviços traz vantagens como a especialização no setor de concessões rodoviárias, bem como condições equitativas com o mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	29/12/2023	150.962,84	35.583,84	150962,84	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato com previsão para ressarcimento de gastos administrativos e operacionais, como departamento pessoal (DP), gestão de fornecedores, contabilidade, fiscal, tesouraria entre outros. Os valores são reembolsados mediante nota de débito e comprovante de que a despesa foi incorrida e está relacionada às atividades desempenhadas em benefício da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contrato que regulamenta condições (forma e prazo) de ressarcimento de despesas incorridas pela IBH I Serviços no desempenho de atividades administrativas previstas em contrato próprio. A contratação da IBH I Serviços traz vantagens como a especialização no setor de concessões rodoviárias, bem como condições equitativas com o mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
IBH I Servicos e Participacoes S.A.	30/04/2024	17.640,89	17.640,89	17640,89	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para ressarcimento de gastos administrativos e operacionais, como departamento pessoal (DP), revisão de contratos, contabilidade, fiscal, tesouraria entre outros. Os valores são reembolsados mediante nota de débito e comprovante de que a despesa foi incorrida e está relacionada às atividades desempenhadas em benefício da Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Mesmo contrato do item anterior. No qual também há previsão de ressarcimento de despesas incorridas pela Companhia que possam ter sido também em benefício da IBH I Serviços, razão pela qual a Companhia solicita reembolso. Critérios são de comprovação da realização da despesas e efetivo pagamento pela Companhia.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	10/11/2023	1.935.247,38	0,00	1935247,38	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para regulamentação de ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Com relação ao apoio administrativo, foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares. Todos os valores pagos foram devidamente comprovados, tanto sua realização quanto seu direcionamento para Companhia					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Este contrato trata de ressarcimento de despesas incorridas pela Infra VII na estruturação da Companhia, como apoio técnico, administrativo e pagamentos de algumas depesas. Esta transação se deu com base em sua expertise no setor pela Infra VII, pelo histórico de atuação em projetos semelhantes e por ter sido realizado em condições equitativas de mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	31/01/2024	114.607,96	114.607,96	114607,96	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Os critérios foram a efetiva realização de atividades em benefício da Eixo SP e comprovação do pagamento. Foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Atividades que foram realizadas em benefício da Companhia e da Infra VII, que demandaram, por essa razão, a obtenção de ressarcimento.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	14/12/2023	86.100,72	0,00	86100,72	N/A	0
Relação com o emissor	Administradores e membros do conselho em comum.					
Objeto contrato	Contrato para regulamentação de ressarcimento de gastos administrativos pré-operacionais, incluindo custos com equipe técnica, assessorias especializadas, elaboração de estudos e projetos, locação de espaços e aquisição de materiais de escritório, entre outros devidamente comprovados. Todos os valores pagos foram devidamente comprovados, tanto sua realização quanto seu direcionamento para Companhia. Com relação ao apoio administrativo, foram utilizados os critérios de valores aplicados no mercado para atividades similares.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Este contrato trata de ressarcimento de despesas incorridas pela Infra VIII na estruturação da Companhia, como apoio técnico, administrativo e pagamentos de algumas depesas.Esta transação se deu com base em sua expertise no setor pela Infra VIII, pelo histórico de atuação em projetos semelhantes e por ter sido realizado em condições equitativas de mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses. Em relação a contratos em que haja potencial conflito de interesses, como aqueles onde há coincidência de conselheiros ou administradores (diretor financeiro ou presidente), a Companhia adota, em adição ao exigido pela legislação vigente, certas práticas de governança corporativa. Neste sentido, a Companhia dispõe Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, que estabelece princípios, diretrizes e regras sobre situações de conflito de interesses que envolvam a Companhia e seus colaboradores com terceiros. Ainda, são exemplos de medidas adotadas: a exigência de evidência no sentido de que houve processo competitivo para a referida contratação (com exigência de pelo menos 3 propostas, quando possível); informações claras sobre a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alterativas de precificação da transação; laudo de terceiros sobre o preço praticado; e avaliação pela área de compliance da companhia. Informamos que todas as decisões acerca das operações da Companhia com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração, conforme definido no Estatuto Social da Companhia. Ainda, quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas:

(i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações pactuadas com partes relacionadas descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência são devidamente formalizadas mediante celebração de contratos com cláusulas e condições refletindo os preços e práticas de mercado, sempre tendo como objetivo resguardar os interesses da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. A comprovação de que as transações ocorreram em caráter comutativo deram-se por meio de cotações obtidas no mercado junto a empresas e terceiros que prestam serviços ou fornecem produtos iguais ou similares, neste último caso quando não há outro prestador com produto ou serviço idêntico. Em algumas situações específicas, como no caso de equipamentos, a comutatividade da transação foi comprovada mediante laudo de avaliação elaborado por terceiro independente. Para as transações com a IBH I Serviços os critérios de rateio são definidos conforme participação percentual da Companhia na estrutura da IBH I Serviços e conforme volume de atividades realizadas. A transação possui caráter comutativo, tendo sido aplicados preços equivalentes aos praticados no mercado para serviços e despesas de natureza similar, de modo a assegurar condições equitativas entre as partes. Adicionalmente, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia e em atenção às melhores práticas de governança corporativa, todas as transações entre as partes relacionadas estão à disposição dos membros do Conselho de Administração.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Vale ressaltar, ainda, que as operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizados com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que seriam estipuladas entre partes independentes, como o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Para fins de classificação de partes relacionadas, os contratos celebrados com Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“IBH VII”), Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A. (“IBH VIII”), Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Eixo SP”), Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Entrevias”) e Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) são assim tratados em razão da identidade e da sobreposição de pessoas-chave da administração com a Companhia. Verifica-se sobreposição de administradores, a saber: Fabrício Rodrigues Amaral (membro do Conselho de Administração em IBH VII, IBH VIII, Eixo SP, CART, Entrevias e na Companhia); Daniel Becker (membro do Conselho de Administração e/ou da Diretoria em IBH VII, IBH VIII, Eixo SP, Entrevias e CART; integrante da Diretoria e conselheiro da Companhia); Thiago de Paula Bronzi (membro do Conselho de Administração em IBH VII; integrante da Diretoria em IBH VIII, Eixo SP e CART; membro do Conselho de Administração na Companhia); Ricardo Fernandes Prado Alves (membro do Conselho de Administração em IBH VIII, Eixo SP e CART; membro do Conselho de Administração na Companhia); Gilson de Oliveira Carvalho (integrante da Diretoria em IBH VII, IBH VIII, Eixo SP e CART; integrante da Diretoria na Companhia); e Luiz Claudio Torelli (integrante da Diretoria em Eixo SP, CART e na Companhia). À luz do CPC 05 (R1) — que considera “pessoas-chave da administração” e situações de influência comum — e das exigências de divulgação da RCVM 80/2022, essa coincidência de administradores caracteriza gestão compartilhada e justifica o enquadramento dos referidos contratos como transações com partes relacionadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
27/12/2023		735.074.410,84
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
735.074.410	0	735.074.410

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
27/12/2023		735.074.410,84
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
735.074.410	0	735.074.410

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
27/12/2023		735.074.410,84
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
735.074.410	0	735.074.410

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Não aplicável.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Sérgio Ray Santillan	Diretor Presidente	Registrado	
Gilson de Oliveira Carvalho	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

Eu, **Sérgio Ray Santillan**, argentino, divorciado, engenheiro, portador do Registro Nacional de Estrangeiros R.N.E. nº V223559-S (CGPI/DIREX/DPF), inscrito no CPF/MF sob o nº 217.030.218-27, com domicílio para fins da Lei das S.A. na Cidade Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Presidente Faria, nº 181, 10º andar, CEP 80020-290, Presidente da **VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o no. 47.155.252/0001-53, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 12º andar, cj. 1201, Edifício Business Tower, Batel, CEP 80.250-085 ("Companhia"), declaro que:

a. Revisei o formulário de referência da Companhia;

b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20; e

c. As informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

Assinado por:
Sergio Santillan
6A53CA1B812B47F...

Sérgio Ray Santillan

Docusign Envelope ID: 7E90C0EC-B46C-4CDF-9016-91A5C39F2B54

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

Eu, **Gilson de Oliveira Carvalho**, brasileiro, casado, contador e advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.237.510 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 063.255.958-66, com domicílio para fins da Lei das S.A. na Cidade Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Presidente Faria, nº 181, 10º andar, CEP 80020-290 Diretor de Relações com Investidores da **VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o no. 47.155.252/0001-53, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Sete de Setembro, nº 4.476, 12º andar, cj. 1201, Edifício Business Tower, Batel, CEP 80.250-085 ("Companhia"), declaro que:

a. Revisei o formulário de referência da Companhia;

b. Todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos. 15 a 20; e

c. As informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes às suas atividades.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

Assinado por:
Gilson de Oliveira Carvalho
73E1DA1564A5492...

Gilson de Oliveira Carvalho

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.